



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

**ATA DO SEMINÁRIO SOBRE O TEMA — AS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE  
AULA: COIBIÇÃO DE CRIMES, PROMOÇÃO DE SEGURANÇA OU NEGAÇÃO DO  
ATO DE EDUCAR? — REALIZADO NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA  
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
MATO GROSSO DO SUL**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e cinco minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência da senhora deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Adufms) e o Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es (Onve), deu-se abertura do Seminário sob o tema: As Câmeras de Vigilância em Sala de Aula: Coibição de Crimes, Promoção de Segurança ou Negação do Ato de Educar?

**MESTRE DE CERIMÔNIA** (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, profissionais da área da educação, representantes de entidades de classe, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam bem-vindos! Boa tarde a todos que nos acompanham pelas nossas plataformas digitais, pela TV Alems, canal 7.2 (TV aberta), e pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado na frequência 105,5 MHz. Temos Wi-Fi disponível para conexão: localizem, em seus dispositivos, a rede “Alems”. Informamos que estarão disponíveis, no site da Alems, a matéria jornalística, os registros fotográficos, por fotografos oficiais, e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Adufms) e o Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es, recebe a todos nesta Casa de Leis para o Seminário “As Câmeras de Vigilância em Sala de Aula: Coibição de Crimes, Promoção de Segurança ou Negação do Ato de Educar?”, que tem por finalidade fornecer subsídios técnicos e teóricos para a tomada de decisões legislativas e administrativas mais equilibradas e fundamentadas, garantindo que políticas públicas voltadas ao ambiente escolar não comprometam o caráter formativo e humano da educação. Dessa forma, a realização do seminário se mostra de grande relevância social e institucional, reafirmando o compromisso desta Casa de Leis com o debate público qualificado, transparente e participativo sobre temas que afetam diretamente a comunidade escolar e a sociedade sul-mato-grossense. Registramos a presença da vereadora Eliete Feitosa Tel, vice-presidente da Câmara Municipal de Mundo Novo; também da repórter Jeane Bezerra, do jornal O Estado. Senhoras e senhores, para a abertura oficial e para presidir os trabalhos deste seminário, anunciamos a proponente, deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT** (proponente) — Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento todas as pessoas e declaro



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

aberto este seminário, de minha proposição, em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Adufms) e o Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es, sobre “As Câmeras de Vigilância em Sala de Aula: Coibição de Crimes, Promoção de Segurança ou Negação do Ato de Educar?”. Esse seminário é parte dos trabalhos que nós iniciamos aqui desde o início do ano, quando fomos surpreendidos com a chegada de um projeto de lei que autorizava o uso de câmeras em sala de aula. Em um primeiro momento, eu me manifestei contrária às câmeras, por entender que as câmeras servem como processo de vigilância, muito mais de vigilância, e não como processo pedagógico, não para contribuir com o processo pedagógico. Mas, chegando aqui na Assembleia Legislativa, esse projeto de lei teve uma alteração e, com emendas, foi garantido que tivesse, além das câmeras de captação de imagem, também a captação de áudio. Isso nos trouxe algumas preocupações, porque vivemos um momento em que tentam nos silenciar a todo custo: silenciar as mulheres — como vimos nos atos recentes em todo o país, nos atos de enfrentamento à violência, que representam uma tentativa direta de calar as mulheres — e silenciar também a educação, buscando reduzir a força do processo educacional. Ao longo dos últimos anos, temos percebido um assédio crescente sobre a educação. E falo aqui não como deputada, mas como professora, que esteve em sala de aula até pouco tempo atrás. Quando esse processo de assédio começou a se intensificar, eu ainda estava no sindicato. De repente, passei a ouvir relatos dos professores que me assustaram profundamente, e muitas vezes eu não compreendia completamente o que eles diziam, porque aquilo não fazia parte de um sistema democrático, nem do cotidiano normal da educação. Foi então que decidi retornar à sala de aula — eu precisava entender, de dentro, o que estava acontecendo. E a verdade é que há um assédio muito grande da sociedade sobre o trabalho dos professores, num contexto político que marca este momento histórico que vivemos. Isso me chamou a atenção, me preocupou, e quando recebemos aqui o projeto das câmeras — encaminhado à minha relatoria — optei por ouvir os professores. A princípio, imaginei que encontraria apoio para a minha posição, que era contrária ao uso das câmeras. Mas me surpreendi ao conversar com eles, inclusive em escolas onde eu mesma lecionei até três anos atrás. Os professores relataram que, nos últimos anos, a situação tem piorado dentro do ambiente escolar: perseguições, violência e uma pressão crescente sobre o trabalho docente. Foi marcante perceber, nas conversas, como muitos deles passaram a enxergar as câmeras como uma possível solução para as violências que vêm sofrendo. Então, trabalhamos em duas frentes. A primeira foi a aplicação de um formulário para ouvir diretamente a posição dos professores — e a Fetems também realizou trabalho semelhante, buscando compreender o que a categoria pensava. Recebemos respostas de mais de mil profissionais, distribuídos em pelo menos cem escolas e mais de trinta municípios. A segunda frente foi presencial. Fiz questão de ir pessoalmente a aproximadamente vinte e cinco escolas, conversar com os professores, ouvir suas experiências e aprofundar o debate. Nesse contato direto, percebemos algo muito grave: existe hoje, dentro das escolas, um processo de inversão de papéis, no qual muitos alunos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

se sentem mais autoridade do que o professor. E nós precisamos garantir que o professor tenha seu lugar — não como figura autoritária, mas como autoridade pedagógica. O professor precisa ser a liderança da sala, a referência para conduzir o processo educativo. Isso não significa ser o detentor absoluto do saber; ele deve dialogar com os conhecimentos dos alunos. Mas a posição de autoridade — a que permite o diálogo, a condução, o acolhimento e o ensino — está sendo perdida. Também ouvimos muitos relatos preocupantes. Professores de História contaram que evitam ministrar conteúdos por medo de repercussões. Professores de Geografia e Sociologia disseram sentir receio ao tratar de temas de suas disciplinas. Mas o que mais me assustou foi ouvir professores de Ciências afirmarem que não trabalham mais conteúdos relacionados ao corpo humano, que não abordam sexualidade, que evitam falar sobre ISTs — temas urgentes, fundamentais, especialmente num momento em que a sociedade discute violência, saúde pública e proteção de crianças e adolescentes. E a escola, que deveria ser o espaço seguro para essa formação, tem perdido a coragem de falar. Uma professora de Português relatou que foi questionada até sobre o gênero textual que ensinou, simplesmente porque a palavra “gênero” adquiriu, na sociedade, uma conotação distorcida, que muitos já nem compreendem, mas todo mundo acha que tem que proibir o professor de falar. Então, a gente viu, nesse processo — com muita preocupação — como a escola vem se perdendo e como o processo educacional está sendo desestruturado pelas pressões políticas que recaem sobre ela, o que nos levou a refletir profundamente sobre a necessidade de o estado retomar o seu papel de proteção aos professores e de recolocar o processo pedagógico no seu devido lugar, recuperando esse espaço que se perdeu ao longo dos últimos anos. Hoje, estamos aqui fazendo esse debate e quero dizer a vocês que, nos relatos apresentados durante todo esse processo de escuta, tive uma grande surpresa, porque eu esperava ouvir algo que me desse força política para sustentar a posição inicial de que não deveríamos ter câmeras nas escolas; no entanto, a maioria dos professores concorda que as câmeras devem existir em sala de aula, embora rejeitem de forma contundente o uso do áudio. Assim, os professores hoje clamam pela instalação das câmeras, e muitas escolas têm cobrado a regulamentação urgente para que possam implantá-las. Esse movimento, porém, traz muitas preocupações, especialmente porque vivemos sob a vigência de uma legislação de proteção de dados, e porque já existem escolas que utilizam câmeras para questões internas — de organização, de indisciplina e até para proteção de professores. Em diversos relatos, as câmeras foram apontadas como instrumento de defesa de docentes injustamente acusados de assédio. Isso me chamou muita atenção, especialmente porque professores homens têm se sentido muito acuados nas escolas diante do aumento de denúncias, ao mesmo tempo em que não se pode falar sobre assédio, gênero ou sexualidade, o que transforma o ambiente num paradoxo: acusa-se muito, mas debate-se pouco. Percebi, nessas conversas, que ainda temos um longo caminho a percorrer. O projeto de lei sobre as câmeras já teve seu relatório concluído — queremos aprofundar a discussão aqui, e embora o relatório esteja encerrado, o debate e as políticas públicas não podem se encerrar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

Para mim, isso representa apenas o início de um novo momento, em que teremos de enfrentar grandes desafios, motivo pelo qual considero fundamental a presença das universidades, do sindicato e de todas as instituições envolvidas, pois precisamos recolocar a educação no seu lugar de valor. Tenho repetido que o processo educacional se perdeu no contexto político dos últimos anos. Antes, a educação era prioridade em qualquer campanha eleitoral; quando se perguntava “O que precisa melhorar?”; a resposta era sempre “educação”. Porém, recentemente, ela deixou de ser prioridade, e precisamos urgentemente retomar esse lugar no debate público e político para que possamos, a partir da educação, construir uma sociedade mais justa, igualitária e não violenta. Até porque percebemos que os ataques às escolas e à educação caminham paralelamente ao aumento das violências; quando deixamos de falar e de debater, ampliamos a possibilidade de violência. Faço, portanto, essas considerações iniciais e passo a palavra para a Mesa se manifestar. Vamos abrir para que os colegas apresentem também as suas considerações iniciais, com três minutos para cada um, e depois seguiremos para a palestra do professor Fernando e, em seguida, para o Plenário, pois queremos ouvir todos vocês — todas e todos que estão aqui. Então, vamos começar pelo senhor Onivan Correia, coordenador do Fórum Estadual e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores Em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetems), que, neste ato, representa a professora Deumeires, presidente da Fetems.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (vice-presidente da Fetems) — Boa tarde a todos e todas. Em nome da deputada Gleice Jane, que é professora — e acredito que isso seja fundamental neste espaço de promoção do debate — venho destacar a importância de trazermos essa discussão com a nossa participação, tanto enquanto Federação dos Trabalhadores em Educação quanto enquanto Fórum. Quero, primeiramente, agradecer o convite e parabenizar pela realização deste Seminário. A Fetems, primeiro, faz a defesa da liberdade de cátedra, que considero a grande questão central, pois sempre partimos do pressuposto, assim como Paulo Freire, de que a educação é um ato político e, sendo um ato político, carregamos intenções e projetos. Sempre que entro nessa discussão, reforço que temos posição e sabemos claramente qual é a educação que queremos: uma educação libertadora, capaz de promover transformação, primeiro no sujeito — porque, como dizia Paulo Freire, a educação não muda a sociedade diretamente, mas muda a ação das pessoas que irão transformá-la. Nesse processo transformador, emerge também a questão das mídias e do controle, já que hoje vivemos sob constante vigilância. Estamos aqui com celulares que, mesmo sem ativarmos nenhuma gravação, captam informações; basta falarmos repetidamente a palavra “câmeras” para que, logo mais, surjam anúncios oferecendo câmeras, porque somos monitorados auditiva e visualmente o tempo todo. Dentro da sala de aula, portanto, é essencial reforçar o respeito ao professor e à professora, ao sujeito que está ali. Como a própria deputada lembrou, no ano passado, quando discutimos o projeto de lei sobre o uso do celular, já havia um indicativo importante. Mais de dois mil profissionais — professores, coordenadores e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

diretores — participaram da pesquisa, e um dos itens tratava justamente da presença de câmeras na sala ou na escola. E, para nossa surpresa, nós também, inicialmente, iríamos defender o “não”. Elaboramos um Google Forms e, por meio dele, conseguimos ouvir um pouco do que a base pensava, porque muitas vezes estamos nos espaços de formulação, na defesa das nossas convicções e conceitos, mas não vivenciamos diretamente, como os professores vivem, a rotina de violência, de vigilância e de pressão. Até hoje, por exemplo, não se pode falar sobre agronegócio; não se pode abordar diversos temas que, na minha opinião, a educação tem o dever de debater. Não é à toa que fizemos licenciatura: sabemos muito bem que o teor e a forma como abordamos temas de sexualidade na educação infantil não serão os mesmos usados no ensino médio; da mesma forma como tratamos sexualidade, gravidez ou corpo humano no terceiro ano não é a mesma maneira com que tratamos no quinto ou nono ano. Para isso estudamos psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; para isso temos licenciatura. A escola precisa, sim, fazer esses debates. E, entre esses temas, está também a segurança nas escolas — e, como a Gleice colocou, a segurança do próprio trabalho docente. Não se trata apenas das crianças. Infelizmente, sabemos que há diferentes intenções por trás da defesa das câmeras em sala de aula. Por isso, enquanto Fetems, trazemos ao debate a posição de que, caso haja câmeras, que seja sem áudio, para que se respeite minimamente o trabalho do professor, já que ele estará exposto. Além disso, é fundamental discutir quem fará esse serviço, pois, quando terceirizamos, entregamos os dados a uma empresa cuja segurança é, no mínimo, questionável. Que garantia temos quando uma empresa vence um pregão e afirma que ficará responsável por toda a mídia e comunicação? E mais: que segurança existe quando falamos que “vai tudo para a nuvem”, se não sabemos onde essa nuvem está, quem a controla, quem tem acesso a ela ou para onde esses dados podem ir? Da mesma forma como sabemos que até o Enem já teve vazamento de informações que jamais deveriam ter sido expostas. Por isso, precisamos de muito cuidado e cautela para evitar problemas ainda maiores. Tenho certeza de que o professor Fernando — e não vou avançar na fala dele — apresentará dados e informações importantes do observatório sobre a vigilância do trabalho docente. E não se trata de vigilância para melhorar, mas para impedir que falemos o que transforma a sociedade, para impedir discussões que tocam a dignidade humana e que enfrentam a permanência da violência contra a mulher, do racismo, do preconceito, da discriminação e de tantas outras questões. Tudo isso porque há interesses que não querem a transformação da sociedade que nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação, junto ao movimento sindical e ao Fórum, defendemos e buscamos construir. A sociedade atua por meio da educação, mas sobretudo pelos sujeitos que a constroem diariamente, que são os professores e os estudantes, e, por isso, é fundamental que possamos também ouvir o representante dos diretores que está aqui presente. Quero, inclusive, parabenizar e agradecer a presença do professor Gilvano, nosso presidente da ACP em Campo Grande, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, especialmente dos professores e professoras, porque, com certeza, precisamos ter cuidados ao tratar deste tema. Não se trata de aprovar



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

algo de qualquer jeito, mas de ouvir as pessoas que estão diretamente envolvidas. Inclusive, no período em que Jaime ainda era nosso presidente, ele consultou diversos diretores e, para nossa surpresa, todos afirmaram: “Aqui na minha escola já tem; não terá, já tem”. Essa consulta foi feita também com professores e com companheiros e companheiras do movimento sindical, filiados que têm toda uma trajetória de luta, e ficamos pasmos. Na hora perguntamos: “Mas como?”. E ele respondeu: “Já temos aqui. Na época fizemos reunião com a direção, com os professores, com os coordenadores, com todo mundo, e foi aprovado; nós já temos na nossa escola”. Então, se eu não posso citar o nome do santo, só posso contar o milagre. Mas é importante que possamos fazer esse debate, porque ele permanece aberto — como a deputada mencionou — e não se encerra aqui. Precisamos, de fato, ter cuidado e controle, para que não sejamos afastados do processo de ensino e para que não haja negação do direito à aprendizagem das nossas crianças, que precisam participar dessa discussão. E eu digo o seguinte: com câmera ou sem câmera, precisamos debater todas essas temáticas e, claro, garantir também a proteção e o direito de ensinar dos professores e professoras. Muito obrigado.

**DEPUTADA GLEICE JANE – PT** (proponente) — Muito bem, Onivan. Passo agora para a Mariúza Aparecida Guimarães, que vem da seção sindical das professoras e professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**SENHORA MARIÚZA APARECIDA GUIMARÃES** (Seção Sindical das Professoras e Professores da UFMS) — Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, em nome da deputada Gleice Jane, nossa companheira que tem lutado em várias frentes e que, justamente por isso, já recebeu ameaças — algo extremamente grave, sobretudo porque defendemos a democracia. É nessa lógica que falo aqui em nome do Sindicato dos Docentes da UFMS e também em nome do nosso presidente, professor José Roberto Rodrigues de Oliveira, que hoje está em Brasília em outra frente, participando de debates em defesa da educação do campo, uma área igualmente atacada no momento que o Brasil vive. Fazendo eco à fala do professor Onivan, reafirmo que defendemos a liberdade de cátedra e travamos essa luta de forma muito intensa. Há cerca de cinco anos, realizamos um amplo movimento contra a famigerada Escola Sem Partido, que pretendia intimidar os professores em suas salas de aula, e não podemos deixar de manifestar nossa preocupação diante da proposta de câmeras, justamente porque esse processo de intimidação já recai sobre os docentes, como as pesquisas têm demonstrado. O adoecimento dos profissionais não se restringe à Educação Básica; ele também aparece, em proporções semelhantes, na Educação Superior, com cerca de 60% dos docentes adoecidos ou licenciados. Isso revela que os problemas vividos hoje pela Educação Básica estão igualmente presentes nas universidades. Nós entendemos, portanto, que a relação professor-aluno deve ter precedência no processo de ensino e aprendizagem, e que essa relação precisa ser construída com confiança. Para isso, o professor necessita de segurança teórica, e essa segurança só existe quando ele tem liberdade real para fazer suas escolhas teóricas — para



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

ensinar aquilo em que acredita, fundamentado nos conhecimentos científicos, que sabemos permitir múltiplas vertentes de interpretação. Mas o fato é que o conhecimento, seja na Educação Básica ou na Educação Superior, precisa ser o carro-chefe do processo de ensino, porque sem ele não haverá aprendizagem nem a educação libertadora de que fala o professor Onivan. E, nesse sentido, é importante afirmar que o problema da violência na escola hoje é de outra ordem, pois, lamentavelmente, temos vivenciado no país, especialmente neste último período, a propagação do discurso de ódio, pautado na misoginia, na homofobia, na violência de gênero, no racismo e na discriminação do diferente. É nesse ponto que reside a violência que encontramos atualmente em todos os espaços onde as relações humanas são necessárias. Assim, observamos episódios graves em diversos ambientes de atendimento ao público. Recentemente, por exemplo, vimos a denúncia de uma pessoa que se recusou a ser atendida por uma médica negra — situações impensáveis até pouco tempo atrás, mas que agora se tornam cada vez mais frequentes, e que precisamos enfrentar com clareza e coragem. Por isso, quero parabenizar a deputada Gleice Jane pela iniciativa de promover este debate, que, mesmo diante da existência de um projeto de lei sobre câmeras em sala de aula — ainda que venha a ser aprovado —, não pode ser encerrado aqui. Acredito na ciência, defendo a ciência, faço ciência e considero que essa discussão deve ser permanente, para que possamos realizar uma educação capaz de transformar o meio em que crianças, jovens, adolescentes e adultos vivem, de modo que não saiam da escola da mesma forma que entraram, mas com novas perspectivas de sociedade, novos sonhos e novas verdades possíveis. Estamos à disposição, deputada, para continuar essa discussão e levá-la para dentro da universidade. Encerramos agora o ano letivo, mas temos mantido esse debate de forma permanente, e permaneceremos à disposição para seguir fazendo e garantindo, sobretudo, a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender.

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Obrigada, professora Mariúza. Passo a fala agora para a professora Celi Corrêa Neres, presidente do Conselho Estadual de Educação.

**SENHORA CELI CORRÊA NERES** (Conselho Estadual de Educação) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Quero iniciar agradecendo e parabenizando a deputada Gleice Jane pela proposição deste Seminário e pela coragem de trazer essa discussão tão necessária. Cumprimento também a professora Mariúza e o professor Onivan, que, além de estarem aqui hoje, são conselheiros do Conselho Estadual de Educação — o que mostra o quanto estamos bem representados. Professor Fernando, foi um prazer ouvi-lo, muito obrigada pela contribuição. Quero reforçar que a posição do Conselho Estadual de Educação é, e sempre será, a defesa da liberdade de ensinar e da liberdade de aprender. E, fazendo um gancho com o final da fala da professora Mariúza, entendo que a simples possibilidade de retirar a liberdade de cátedra do professor já constitui um ato de extrema violência. E sabemos que o uso de áudio em sala de aula,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

inevitavelmente, será utilizado para esse fim. No Conselho Estadual, recebemos diversas consultas e denúncias relacionadas a ameaças à liberdade de cátedra dos professores nas escolas, e esta Casa também já se deparou com inúmeros projetos que tentavam, como bem disse a deputada, calar ou silenciar professores e professoras. Por isso, precisamos ter muito cuidado nesta discussão. Acredito, inclusive, que esta Casa demonstrou grande sabedoria ao decidir ouvir os professores. Quando a deputada Gleice Jane me disse, há algum tempo, que iríamos fazer essa discussão, eu imediatamente me posicionei como educadora: “Deputada, isso fere a liberdade de cátedra, eu sou contra”. No entanto, os professores querem — e isso, para mim, também foi uma grande surpresa. De certa forma, entristece, mas não chega a surpreender, porque estamos vivendo um tempo em que os próprios professores clamam por ter uma câmera na sala de aula, o que, por si só, já denuncia a gravidade da situação que enfrentamos e o nível de ameaça que paira sobre a categoria. Sou professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e posso dizer que vivemos algumas situações onde tentaram nos calar. Não é por ser universidade que estamos imunes; o silenciamento, inclusive por parte dos próprios estudantes, muitas vezes se faz presente. E, se nós não nos fortalecermos enquanto educadores e enquanto segmentos que defendem uma educação de qualidade, democrática, transformadora e verdadeiramente emancipadora — no sentido mais genuíno que Paulo Freire nos ensinou, porque uma educação que não transforma não é educação, é doutrinação; é qualquer outra coisa, menos educação —, então perderemos esse espaço. Para ilustrar a gravidade, recebemos ontem, no Conselho Estadual de Educação, um processo encaminhado pelo Ministério Público no qual teremos que ir a uma escola e autuá-la por doutrinação. Houve uma denúncia, o Ministério Público apurou e enviou ao Conselho para realizarmos a diligência. Vejam o nível a que chegamos. Por isso, este debate é profícuo, urgente e precisa ocorrer não apenas aqui, mas em todos os espaços educacionais, porque o ato de educar, numa perspectiva de transformação, está constantemente ameaçado. Quero reafirmar que o Conselho Estadual de Educação, em todo o seu pleno, está vigilante, acompanhando atentamente e mantendo sua posição firme em defesa da liberdade de cátedra, para que tenhamos uma educação que transforma e não uma educação que cala ou silencia as pessoas. Muito obrigada, um abraço a todos e todas.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente)** — Obrigada, professora Celi. É sempre muito apavorador a gente ouvir algumas questões com relação à educação nesse contexto de opressão. Agora vamos ouvir o professor Fernando Penna, que é docente da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es, o qual vai fazer para a gente uma palestra com base nos estudos que vem realizando e trazer um pouco de experiência e conhecimento para nos ajudar nesse debate. Obrigada pela sua presença, professor. Fico feliz de tê-lo aqui. Agora é com você.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

**SENHOR FERNANDO PENNA** (docente da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Onve) — Saudações democráticas e boa tarde a todos e todas. Gostaria de começar saudando a deputada Gleice Jane e, ao saudá-la, cumprimentar também todos os colegas da Mesa, os presentes no auditório e aqueles que eventualmente nos acompanham. Quero elogiar a iniciativa de promover este debate, pois, embora vocês já tenham construído aqui um acúmulo importante de reflexões, é fundamental que essa discussão seja contínua. Trago hoje a perspectiva de uma pesquisa realizada no ano passado e divulgada este ano pelo Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es. O Observatório é um programa de extensão da Universidade Federal Fluminense, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi). No primeiro plano de trabalho do Observatório, realizamos uma pesquisa que buscou compreender justamente esse cenário. Vou pedir, se possível, para projetarem a apresentação. [Apresentação de eslaides]. E, antes de entrar diretamente nos dados — que certamente ajudam a pensar a questão em debate —, é importante destacar que a proposta não é, em absoluto, questionar os dados que vocês já trouxeram aqui, mas, sim, pensar o mecanismo perverso que leva a isso. Porque, quando vivemos uma precarização constante do trabalho docente, somada a ataques frequentes à liberdade de ensinar, o professor acaba se vendo acuado, desmotivado, deprimido e, muitas vezes, abandonando a carreira. Nesse cenário, quando alguém apresenta algum tipo de solução — ainda que baseada no uso de câmeras — isso pode soar como uma saída possível. Assim, a demanda parte de um lugar legítimo, mas a resposta, ao nosso ver, é equivocada por vários motivos. Para explicar melhor, vou apresentar alguns dados. Trata-se de um estudo quantitativo sobre a perseguição a educadores e educadoras no Brasil, cujo título é “Violência contra Educadores como Ameaça à Educação Democrática: um estudo quantitativo da perseguição a educadores e educadoras no Brasil”. A pesquisa foi realizada em duas etapas metodológicas: a primeira consistiu em um questionário aplicado nacionalmente, e a segunda em entrevistas de história oral. Hoje, falarei exclusivamente sobre a primeira etapa. Para garantir rigor metodológico, contratamos o Cebrap, que nos ajudou a fazer o controle amostral da pesquisa, organizado por grandes regiões do país. Trabalhamos com o termo “educadores” no sentido amplo — como já foi dito aqui, entendemos que o fenômeno da violência contra educadores atinge tanto a Educação Básica quanto a Superior, a rede pública e a privada, e envolve não apenas professores regentes, mas todos os profissionais que atuam nas instituições educativas, no sentido freiriano do termo. Assim, buscamos identificar quantos educadores existem em cada estado e definimos o controle regional. Por isso, vou destacar muitos dados referentes às regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, embora tenhamos a possibilidade, em estudos futuros, de aprofundar a análise em alguns estados que tiveram maior número de respondentes. Quais foram os achados da pesquisa? O primeiro deles é que a censura se tornou um fenômeno amplamente disseminado por todo o território brasileiro, em todos os



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

níveis e etapas da educação. O questionário, cuja parte central é a que está projetada, foi dividido da seguinte forma: na primeira parte, coletamos o perfil do educador — identidade de gênero, orientação sexual, identidade étnico-racial e faixa etária. Na última parte, investigamos a instituição em que ele trabalha. Mas o coração da pesquisa era uma série de situações em que o educador deveria indicar se já havia passado por aquilo, se aquilo aconteceu com alguém da sua instituição, se ouviu falar de casos assim ou se nunca havia ouvido falar. Quando o educador dizia “passei por isso”, entendíamos que ele havia vivenciado diretamente uma situação de violência. Já “aconteceu com alguém na instituição” ou “ouvi falar” indicavam contato indireto; e “nunca ouvi falar” — por incrível que pareça— foi assinalado por alguns respondentes no Brasil em 2025. É importante ressaltar que o foco não foi a violência física. Quando falamos em violência, pensamos logo em tiro, facada, empurrão, soco. Mas aqui nos concentramos especialmente na violência que busca limitar a liberdade de ensinar, embora também tenham surgido relatos de violência física. Entre os exemplos das situações incluídas no questionário estão: recomendação para evitar ou proibição de falar sobre temas considerados polêmicos; dificuldade ou impedimento para realizar um projeto pedagógico devido à temática ou à abordagem; recomendação para evitar ou proibir debates sobre questões étnico-raciais; reclamações relacionadas à discussão de sexualidade ou educação sexual, entre outras situações. O resultado é, de fato, assustador. Na Educação Básica, 61% dos educadores relataram já ter sido vítimas diretas de violência — ou seja, mais da metade. Na Educação Superior, o índice foi de 55%; na rede EBTT (Institutos Federais), 62%; e, entre educadores não regentes, 52%. Quando olhamos por região do país, a região Sul aparece com a maior intensidade de violência relatada: 64%. Em seguida vem o Sudeste, com 62%, depois a região Centro-Oeste, com 50%, a região Nordeste, com 53%, e a Norte, com 52%. De novo, diferenças, mas, ainda assim, tudo muito impressionante, um número muito significativo. E aí surge a pergunta: qual é a consequência dessa violência? O que observamos é que o saber profissional dos educadores passou a ser considerado menos importante do que evitar temas polêmicos. E como isso acontece? Os educadores têm sua formação inicial, constroem um saber profissional e acumulam um saber da experiência docente, sabem que certas temáticas precisam ser trabalhadas, mas, muitas vezes, deixam de fazê-lo por medo da violência revelada pela pesquisa. Diante disso, perguntamos: que tipo de tema motivou os questionamentos à prática do educador? O primeiro são questões políticas, com 73%. É importante lembrar que “questões políticas” é algo amplo, podendo envolver política institucional, política legislativa, mas também dimensões da vida comum. Depois aparecem questões de gênero e sexualidade, com 53%; religião, com 48% — sendo religião, aqui, tratada como manifestação cultural e temática obrigatória nos currículos da Educação Básica, conforme a Lei nº 11.645/2008. Em seguida vêm o negacionismo científico, com 41% — ou seja, o professor aborda a teoria da evolução e sofre violência por discutir ciência —, além de questões étnico-raciais, relacionadas ao debate sobre racismo, e questões artísticas ou socioculturais. Esse dado é muito significativo para entendermos o fenômeno



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

atual. Ao dialogarmos com autores do campo da teoria política, muitos afirmam que, a partir de 2010, houve uma reemergência da extrema-direita, uma onda conservadora, como se queira chamar. Nossa hipótese era de que essa extrema-direita, com o fortalecimento de discursos de ódio, teria impacto direto na violência contra educadores — e a pesquisa confirmou essa hipótese. No gráfico apresentado, pedimos aos educadores que passaram por violências que indicassem em que ano essas situações ocorreram. O resultado não poderia ser mais evidente: a partir de 2010, a violência só aumenta, com picos em 2016, 2018 e 2022 — anos marcados pelo impeachment e por duas eleições presidenciais. Agora temos um dado objetivo mostrando que a discussão política nacional, marcada por uma polarização assimétrica entre extrema-direita e centro-esquerda, tem impacto direto na violência contra educadores. Até porque a perseguição sistemática a educadores se tornou, inclusive, um empreendimento político, e tenho certeza de que muitos deputados e vereadores, aqui no estado, foram eleitos perseguindo educadores. Organizamos também os dados por região. A ordem se manteve parecida: Sul com 49%, Sudeste com 46%, Centro-Oeste com 45%, e Norte e Nordeste com 36% — todos índices muito significativos. Perguntamos ainda quantas vezes os educadores passaram por situações de violência: uma, duas, três ou quatro ou mais. Os que aparecem em vermelho no gráfico são aqueles que passaram por quatro ou mais situações — e isso é fundamental, porque mostra que não estamos falando de eventos pontuais, mas de perseguição sistemática. Se um educador relata quatro ou mais episódios, não se trata de algo ocasional; há um encadeamento evidente. Assim, esses 49%, 46% e demais índices em vermelho representam educadores que passaram por quatro vezes ou mais. E quando analisamos como essa perseguição se manifesta, surgem diversos elementos: tentativa de intimidação – 58%; questionamento agressivo sobre a legitimidade do tema ou do método, mudança forçada de local de trabalho – duzentos e dezoito educadores; remoção de cargo ou função como retaliação; processo administrativo — usado, em alguns estados, como mecanismo de perseguição e, no final da lista, ainda aparecem suspensão e processo criminal, com menor intensidade, mas ainda assim alarmantes: 6%, o que corresponde a noventa e nove educadores. Parece menos intensidade, mas, se você pensar, 6%, noventa e nove educadores — de uma pesquisa que entrevistou três mil e doze — é muita gente que foi demitida por conta da violência que sofreu. E aqui surge um dado muito interessante, que nos ajuda a pensar diretamente a questão das câmeras: o impacto da censura direta e indireta e como ela se converte em uma forma de violência contra educadores, afetando não apenas os docentes, mas toda a comunidade educativa. Perguntamos qual havia sido o impacto profissional e pessoal na vida dos educadores que passaram por violência direta. Utilizamos uma Escala Likert, avaliando dimensões profissional e pessoal, e o que se observa é que a intensidade desse impacto é extremamente alta; quando o educador é vítima direta, o efeito é muito significativo, com a maior parte concentrada na faixa de impacto extremo. Quando analisamos o mesmo dado entre aqueles que não foram vítimas diretas, mas que ouviram falar ou vivenciaram a situação por meio de alguém da própria

instituição, percebemos que o impacto continua muito intenso. Isso nos mostra que uma situação de violência não afeta apenas quem a sofre, mas, se não é interrompida, degrada o clima escolar como um todo e compromete a democracia dentro das comunidades educativas, reforçando processos de autocensura. E, ao perguntarmos qual havia sido o principal impacto na vida profissional desses educadores, os dados são alarmantes. O primeiro efeito relatado foi: “comecei a pensar mais sobre o que eu falava em minha atuação profissional”; logo em seguida aparece “me sinto constantemente inseguro e vigiado”, alcançando 59% dos que responderam. Agora, imaginem se nessa sala de aula houvesse uma câmera com áudio e vídeo. Percebam a gravidade: os professores já trabalham com medo, o clima escolar já está degradado por essa violência, e muitos já se sentem inseguros e vigiados. Se inserirmos nessa equação uma câmera gravando áudio e vídeo, o dano não recai apenas sobre o educador — o educador vai deixar de trabalhar temáticas importantes. Dou sempre o exemplo mais óbvio: a maior parte dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes acontece no espaço privado, cometida por familiares — padrastos, tios, etc. É comum vermos reportagens dizendo que, após uma aula sobre orientação sexual, uma menina denunciou um membro da família. Se professores tiverem medo e deixarem de abordar temas como orientação sexual, gênero, sexualidade, ISTs — todos fundamentais —, o impacto não será apenas no professor ameaçado, mas principalmente nas crianças e nos adolescentes que perderão um espaço seguro de proteção. Afinal, a escola é garantidora de direitos, inclusive o direito à segurança, e cabe a ela acionar o Conselho Tutelar em caso de suspeita de abuso. Mas, se houver uma câmera gravando o educador enquanto ele aborda esses temas, e se ele não souber quem terá acesso a essas imagens, quantos não deixarão de cumprir conteúdos obrigatórios por medo? Por isso, como já foi dito, ainda há muito a ser debatido antes da aprovação deste projeto. Primeiro, está o direito da criança e do adolescente. Essas crianças serão gravadas sem autorização prévia? Segundo, o problema do áudio: quem terá acesso a isso? Mesmo que haja cuidado, se eu, educador, já trabalho com medo e vejo uma câmera instalada, eu deixarei de tratar de determinadas temáticas — e estou falando de conteúdos obrigatórios por lei. Um exemplo concreto: um professor de Ilhabela, São Paulo, discutia em uma aula de História do sexto ano a mitologia de origem do universo. Tratava-se de uma mitologia afro-brasileira, vinculada às religiões de matriz africana; e ele foi duramente perseguido, simplesmente por abordar essa temática obrigatória por lei; e ele acabou sendo demitido da escola. Temática obrigatória. Então, não estou falando de professores com medo por causa de estar fazendo algo ilegítimo ou impróprio, eu estou falando de professores com medo de discutir temáticas obrigatórias por lei e temáticas importantes para a formação dos estudantes. Como eu disse, a gente tem mais de um caso — não vou nem falar de Teoria da Evolução de novo. Outra questão vinculada: nós entrevistamos uma professora de um município no interior do Rio de Janeiro que contou que um colega buscou materiais do Ministério da Saúde durante a pandemia para levar para a escola, e quando ela chegou, a diretora falou que ali não ia ter “doutrinação de vacina”, bem naquele contexto de polarização no qual a vacina se tornou



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

um tema de debate — se é possível dizer isso. Mas vejam: essa professora, esse professor, que está fazendo algo que importa, que ele sabe que precisa fazer, que é obrigado por lei, se estivesse sendo gravado e não soubesse quem teria acesso àquilo, ele não faria. Ele teria mais chance de não fazer aquilo que ele sabe que é importante. Então, é preciso discutir isso com muita cautela. Eu acho especialmente problemática a gravação de áudio. Eu entendo a insegurança dos educadores que dizem querer as câmeras porque estão precarizados, abandonados, e quando se traz alguma coisa que pode parecer uma resposta, está todo mundo agarrando a primeira boia de salvação. Mas as consequências disso no longo prazo, gente... A grande conquista que queria o movimento Escola Sem Partido era autorizar gravação de áudio e vídeo de educadores no exercício da sua função, e agora a gente está entregando isso sem a necessidade do projeto Escola Sem Partido. Vejam o tamanho da gravidade do que a gente está pensando aqui. É muito grave. E quando você pega aquele dado ali — “me sinto constantemente inseguro e vigiado”, 59% — e coloca uma câmera nessa sala, isso vai subir para muito mais de 59%. Então, a gente precisa pensar sobre essas questões com muito cuidado. A mesma coisa com professores que ouviram falar: você vê ali que o “me sinto constantemente inseguro e vigiado” cai um pouco, vai para 39%, mas mesmo aquele educador, aquela educadora que não passou pela situação de violência diretamente, ele já está trabalhando se sentindo inseguro. É assim que a violência impacta o clima escolar e a democracia dentro das escolas. E aqui, gente, um dado que é bastante preocupante. Nós perguntamos para os educadores quem foram os agentes dessa violência contra eles, da perspectiva dos próprios que responderam ao questionário. E a gente estava esperando o óbvio — o influencer, o vereador, o deputado de extrema-direita, alguma figura que estivesse capitalizando isso fora da comunidade educativa. Mas, infelizmente, todos os principais indicados são membros internos da comunidade educativa. O primeiro mais indicado são os próprios diretores e coordenadores, 57%; familiares dos estudantes; estudantes; professores; profissionais da administração da instituição; funcionários da instituição. Então, vejam: infelizmente, o que esse dado traz para nós é que essa violência já foi interiorizada pelas comunidades. Esses influencers que ganham usando a perseguição a educadores já têm algum sucesso, porque essa violência já está introjetada dentro das comunidades educativas. Infelizmente, as próprias famílias e os colegas estão levando essa violência para dentro das escolas, para dentro das universidades. Depois vêm figura pública e membro da comunidade externa, mas o dado mais grave é que, ali dentro da comunidade, são os próprios agentes os mais indicados como responsáveis pela censura. E, aí, óbvio, como vocês viram, somava mais de 100%, o que nos mostra que poderia ser mais de um agente indicado, e normalmente, quando a direção era indicada, ela era um agente dentre outros, o que também coloca a questão funcional de como o diretor está envolvido nesses processos. E aqui é um dado importante para nós: perguntamos para os educadores quem acolheu esses educadores quando eles passaram por situações de violência; e os mais indicados foram os próprios colegas de profissão. Ou seja, o que é bom — o problema já está dentro da escola, mas a solução



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

também. Os colegas de profissão aparecem ali como o principal ator que acolhe. Aí, um dado muito triste: logo a seguir, “não foi acolhido por nenhum grupo organizado” — um número significativo de 32%. E logo depois vem a principal entidade de defesa, que são os sindicatos e a própria gestão da instituição. Ou seja, a gente tem diretores que são agentes da violência, mas também tem diretores que atuam na defesa de educadores e educadoras. Tínhamos tudo isso, e esses são alguns dados. O relatório traz muito mais, mas, como eu sabia que o tempo seria limitado e eu não trouxe todos os dados que estão lá no relatório. Se vocês lerem esse QR Code, o relatório está disponível; todos os gráficos que eu mostrei e mais outros estão todos aí nesse relatório, que já está disponível no site do observatório: [onveuff.com](http://onveuff.com). Mas, para trazer de volta a discussão aqui para o nosso tema, essa violência já está impactando. Agora, a gente tem dados para mostrar isso. Eu destacaria o fato de essa violência estar crescendo sem parar desde 2010, e temos picos em momentos de debates nacionais, como o impeachment e eleições presidenciais. Isso está em uma crescente e traz um dado para todos nós: se esses dados se confirmarem, ano que vem, infelizmente, será um ano de intensificação da violência contra educadores. A gente vai ver isso acontecendo novamente. Essa violência já está dentro das comunidades e impacta; ela degrada o clima escolar, professores trabalhando com medo, se sentindo inseguros e vigiados. E pensar, como eu já argumentei, que o dano dessa insegurança, desse medo dos educadores, impacta não só os educadores, mas também os educandos, os estudantes. E se estamos falando de um espaço que é a escola, que deveria ser o espaço de debate por excelência na nossa sociedade, para discutir abertamente qualquer temática, se nessa instituição as pessoas estão trabalhando com medo, isso degrada a democracia dentro da escola, dentro das universidades, mas também na nossa sociedade como um todo. Então, se esta Casa Legislativa caminha para a aprovação do uso das câmeras, eu acho que esse debate precisa continuar, e a gente precisa pensar sobre muitas questões, porque isso pode gerar uma sensação de segurança momentânea agora, mas há consequências futuras para o uso de câmeras com áudio e vídeo dentro das salas de aula. Se a gente pegar esses dados, elas vão ser muito severas, e a nossa resposta à violência não pode ser mais violência ou autoritarismo. Então, a gente precisa pensar em valorização dos educadores, infraestrutura das escolas, políticas de permanência estudantil — isso vai diminuir a violência na escola, não câmeras. As câmeras não vão diminuir a violência na escola e, em médio e longo prazo, vão agravá-la, porque vão aumentar esse clima de insegurança no qual os educadores e educadoras já estão trabalhando. Então, gente, eu agradeço muito pelo convite novamente, e me coloco à disposição aqui para o debate. Boa tarde para todos e todas.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT** (proponente) — Obrigada, professor Fernando. O seu relatório está profundamente relacionado ao que ouvimos nas escolas e, na verdade, vai ao encontro de todo o debate que realizamos e com as preocupações que surgiram. Embora não tivéssemos esses dados sistematizados, já percebíamos que o contexto político interfere — e vem interferindo — no processo educacional. De fato,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

começamos a ouvir essas reclamações quando eu ainda estava no sindicato, em 2016, e, em 2017, a situação se intensificou bastante. Em 2018, voltei para a escola justamente para entender o que estava acontecendo, e passei por situações semelhantes diversas vezes, porque naquele ano eu fui candidata a deputada federal e continuava trabalhando em sala de aula. Todo mundo sabia qual era a minha posição política e, por isso, todos me perguntavam: como eu ia ser neutra, como eu ia responder, como eu não demonstraria minha posição? Era inevitável. Todos sabiam quem eu era, e eu nunca deixei de responder a qualquer questionamento ou de assumir aquilo que penso. No entanto, várias vezes fui questionada por causa disso. Até a camiseta que eu usava passou a ser motivo de cobrança — às vezes eu usava uma camiseta com uma frase, e até essa frase foi questionada em algum momento, como se eu estivesse tentando transmitir alguma mensagem indevida. Isso mostra que a nossa liberdade foi realmente roubada dentro do processo educativo, e a escola, no meu entendimento, deveria ser justamente o local do debate. Hoje, ao debatermos aqui, eu trouxe uma situação que aconteceu comigo, mas sei que não sou a única a enfrentar episódios de violência política, de gênero e de muito ódio contra as minhas posições políticas. Mas, em que lugar nós estamos discutindo esses temas? A escola é o momento de debater sobre as nossas divergências de ideias. A gente não precisa impor alguma coisa, mas, se não abirmos a escola para um debate democrático, para formar pessoas para discutir e divergir, o que vamos formar são pessoas intolerantes, que reproduzem isso na sua vida adulta, que é o que estamos vendo agora. Então, entendo que a escola é o espaço do exercício da democracia, e isso é pedagógico. Mas, no último período, a escola deixou de ser esse espaço do exercício pedagógico e do exercício da democracia; mas deixou de ser espaço de democracia, na verdade, sob orientação pedagógica. Porque, lá na sala de aula, os alunos discutem sua posição, todo mundo sabe a posição de todo mundo; quem não pode falar é o professor. Os alunos falam sobre política, e política é pauta em período eleitoral; todo mundo sabe quem defende o quê, mas sob uma perspectiva muito das redes sociais, não de um debate aprofundado. Quem não pode falar é o professor, e, assim, não há um aprofundamento da pauta daquilo que se defende. A gente não está ajudando os alunos a verificar: “Olha, isso é fake news, isso não é fake news; eu confio nisso, eu não confio naquilo”. A escola perdeu sua função dentro do processo pedagógico de ensinar a se relacionar de forma democrática. Então, realmente, para mim, isso é bastante chocante. Eu percebia isso já há algum tempo e percebo agora nessas visitas às escolas. Visitei o município de Cassilândia, que está ao lado de outro estado, até Mundo Novo, no outro extremo. Atravessei o estado, e a discussão é a mesma em todos os lugares: professores dizem que têm medo de falar sobre determinados assuntos. Tive a experiência de estar numa instituição de ensino superior onde o aluno disse: “Eu não posso me manifestar porque tem uma lei que proíbe os alunos de se manifestarem”. Eu disse: “Não. Se alguém te impediu, isso é censura; vocês têm o direito de se manifestar”. Então, essa situação se agrava na educação básica, mas também no ensino superior. A gente precisa realmente aprofundar essas discussões sobre o que é a democracia e o papel da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

educação nesse contexto. Bom, agora eu também quero ouvir vocês. Nós temos aqui uma lista de pessoas para falar. Começo com o Márcio Wagner, do Fórum Estadual dos Gestores Escolares. Nós estivemos também conversando há algum tempo; os gestores têm uma postura política em relação ao uso das câmeras, e nós fizemos inclusive um questionamento específico para ouvir os gestores e coordenadores, a pedido do Fórum Estadual. Atendemos essa reivindicação, e o resultado não é diferente do resultado dos professores. Márcio, eu quero te ouvir.

**SENHOR MÁRCIO WAGNER DE SOUZA** (Fórum Estadual dos Gestores Escolares) — Boa tarde a todos. Eu sou o Márcio Wagner, diretor da Escola Estadual Professora Neider Sueli Costa Vieira, situada no bairro Aero Rancho. Aqui represento o Conselho Estadual de Diretores de Escolas Estaduais de Campo Grande (Condec), e também sou presidente do Fórum de Gestores da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (Feger). Quebrando o protocolo, quero antecipar aqui meus parabéns à deputada Gleice Jane, pelo aniversário dela amanhã. Então, feito o registro, vamos ao assunto. Trouxemos uma visão dos gestores com relação a esse assunto. Sabemos que, quando se fala em educação, é preciso estar sempre discutindo e conscientizando toda a comunidade. Vivemos num contexto em que os gestores, junto com a maioria dos professores – ou boa parte deles – hoje defendem o uso do vídeo; não defendem o uso de gravação com áudio. Essa é uma questão que deve ser constantemente levada à discussão, pois também revela a insegurança do professor, a insegurança do próprio alunado e, também, da gestão. Hoje, temos situações pequenas dentro de sala de aula: o aluno é retirado para conversar na coordenação ou na direção, e a primeira coisa que ele diz é: “Não, eu não fiz nada”. Ele passa uma hora, duas horas, se for preciso, repetindo que não fez nada. Mas, quando chegamos a um vídeo que mostra que ele fez, deixamos de perder duas horas de dois coordenadores atendendo, às vezes chamando a direção, trazendo os pais à escola. Em muitas situações, é assim: o menino tem dez anos, e chega a mãe; a primeira coisa que ela fala é: “Não, não foi meu filho. Em casa, meu filho não faz isso”. Eu respondo: “Mãe, na sua casa, seu filho está ele e mais um irmão, mais dois, ou sozinho; na escola, ele tem plateia. Então, vamos ver se ele realmente não fez, se ele não faz isso”. Temos várias situações que precisam ser discutidas, mas precisamos debater os excessos, quando há emprego de excesso. Se olharmos de forma simplória a situação de discutir a questão das câmeras, agora pegando só a questão de vídeo, Campo Grande hoje parece um “Big Brother”, não é? Se andarmos no centro, em cada poste há uma câmera. Isso é recente. A capital, hoje, tem câmeras em quase todos os postes no centro. Então, precisamos analisar, dentro dessa questão – e voltamos para a educação – onde isso é benéfico, e, do ponto de vista da gestão, como mitigar essas questões que na sala de aula parecem pequenas, mas acabam mexendo no contexto escolar, onde um professor perde uma aula inteira por conta do furto de uma caneta. Às vezes, passa um dia, dois, e, no outro dia, aquele assunto volta entre os alunos. Aí você vai ver: foi o sumiço de uma caneta, de um lápis. Dentro dessa questão, quando o gestor defende o uso dos vídeos – e nós já trouxemos isso para a deputada em



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

outras circunstâncias —, somos contra também a gravação de áudio. O que temos percebido é que muitas escolas já têm câmeras em sala há bastante tempo; há escolas com quinze anos de uso de câmeras. Na época em que não havia legislação específica, fazia-se uma reunião com a comunidade; se a comunidade autorizasse, lavrava-se em ata e a escola implantava. Temos várias circunstâncias em que isso já ocorre. Podemos trazer relatos de colegas em que o uso das imagens foi justamente em defesa do professor. Houve um caso em que o professor foi denunciado até ao Ministério Público por estar dando aula de uma Unidade Curricular, cujo tema proposto na cartilha, a ser escolhido pelos professores, tratava exatamente da discussão política no cotidiano do adolescente. O professor desenvolveu o trabalho; os estudantes debateram, houve culminância na escola, isso foi postado em rede social, e o professor foi denunciado como se estivesse “promovendo” algo indevido. Resumindo: foi feita a defesa, apresentando que a proposta daquela unidade curricular era exatamente aquela. Com as imagens, comprovou-se que o professor fez somente o que estava proposto. A própria Secretaria de Educação se encarregou da defesa, porque a proposta havia partido dela, e as imagens mostraram o professor trabalhando exatamente o que estava previsto. Temos, portanto, situações dos dois lados e do ponto de vista da maioria dos gestores. A gente já vem discutindo isso no fórum há algum tempo, e, em diversas ocasiões, esse tema aparece como pauta das nossas reuniões com a secretaria, com o secretário Hélio. São artifícios que, na nossa compreensão, ajudam a resolver pequenas situações que, se solucionadas rapidamente dentro da sala de aula, impedem que se transformem em uma bola de neve. A imagem, nesse sentido, oferece essa possibilidade: ela permite mostrar tanto ao aluno quanto aos seus responsáveis aquilo que, muitas vezes, é negado pelas famílias — especialmente aquelas que vivem mais distantes do cotidiano dos filhos. Quantas vezes ouvimos: “Meu filho não faz isso, meu filho nunca fez”, e, quando mostramos a gravação, é possível dizer: “Não, aqui ele faz”. Então, eu, Márcio, apresentando o que temos discutido dentro do fórum, reforço que a ideia segue essa linha, justamente porque temos ouvido também o que os nossos profissionais relatam, da mesma forma que a deputada ouviu os professores. E, infelizmente, dentro do que foi trazido, identificamos uma insegurança crescente por parte dos docentes. Hoje, por exemplo, lidamos com a questão do uso dos celulares, que foi proibido em sala de aula; antes, havia alunos que instigavam o professor a entrar em determinado debate já combinado com outro colega que ficava encarregado de filmar, criando um cenário de perseguição. E essa perseguição não era de cima para baixo; vinha dos próprios estudantes, e isso gerava muito medo nos professores. Com a proibição do celular, esse tipo de situação diminuiu significativamente. Por outro lado, vimos casos como o que ganhou repercussão nacional: o professor pediu que a aluna guardasse o celular, porque era proibido, e o pai foi à escola e agrediu o docente. Então, é evidente que precisamos continuar debatendo esses assuntos. Como foi dito na palestra, talvez seja algo que precise ser pensado não apenas a curto prazo, mas também a longo prazo, porque temos percebido um crescimento constante desses conflitos e um excesso de tensão, principalmente por



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

causa da verticalização da discussão política, que quase sempre aparece como o maior viés. Nesse sentido, trazemos aqui dois grandes eixos: a questão política e as aulas de Ciências, onde entram os temas da sexualidade e dos sistemas biológicos, que são conteúdos realmente necessários. E, se o professor trabalha dentro do que está proposto, a imagem também pode servir para sua própria defesa. Por isso, entendo dessa forma, e é assim que pensa boa parte dos gestores do estado. Obrigado.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT** (proponente) — Obrigada, professor Márcio. Convido agora a Mônica Barbosa, que é do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**SENHORA MÔNICA BARBOSA MACEDO** (Conselho Regional dos Direitos dos Adolescentes) — Boa tarde a todos. Meu nome é Mônica Barbosa Macedo. Eu vou fazer minha autodescrição em respeito à diversidade e à acessibilidade. Eu sou uma mulher clara, olhos verdes, cabelos escuros, estou usando óculos, uma camisa estampada azul, marrom e bege, e estou aqui hoje representando o direito das crianças e adolescentes. Como parte de um conselho, eu não vou falar a minha opinião pessoal; estarei falando da coletividade, do nosso grupo. Muito nos preocupa algumas falas que a gente ouviu aqui hoje e também pelas leituras que fazemos e pelas respostas que vemos por aí sobre câmeras dentro de sala de aula. Na nossa opinião, isso vai contra o direito da criança e do adolescente. É uma exposição e é uma violação à Lei Geral de Proteção de Dados. A criança e o adolescente não vão dar autorização; quem vai autorizar ou não é o seu pai, o seu responsável. Partindo desse princípio, situações como essa que o senhor colocou agora — de que o pai vai dizer que não sabia — vão ser coibidas, porque ele já sabe que foi ele que autorizou a filmagem. Mas isso traz algumas consequências graves para a vida dessa criança. O Onivan colocou muito bem a questão: quem terá acesso a essas filmagens, quem terá acesso às gravações e onde elas irão parar? Nós estamos hoje com crimes cibernéticos gravíssimos envolvendo crianças e adolescentes. Quem é que garante que essas imagens feitas dentro de sala de aula não chegarão — sabe lá Deus onde — nas mãos de quem não deve? Então, é uma grande preocupação do Conselho. O que a gente não pode esquecer é que, além da proteção de dados, a gente não pode esquecer que as câmeras não trazem só segurança; elas trazem problemas também. E, se é para trazer segurança para crianças e adolescentes na sala de aula, eu faço uma pergunta aqui: nós já temos uma lei que diz que todas as escolas têm que ter psicólogos e assistentes sociais. Onde estão eles? Quem está garantindo o atendimento das nossas crianças e adolescentes? Quem vai proteger nossas crianças e adolescentes se uma lei que já existe não é colocada em prática? E ela não é só para defender a criança e o adolescente; ela é também para os profissionais. Então, é um questionamento que fica no ar: será que câmeras vão solucionar um problema que a nossa sociedade está vivendo? Será que as câmeras vão garantir os direitos das nossas crianças e adolescentes? Obrigada.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Muito obrigada, Mônica, por trazer esse olhar das crianças. É fundamental também a gente ter essa perspectiva. Passo a palavra ao senhor Gilvano Kunzler Bronzoni, presidente do Sindicato dos Profissionais da Educação Pública de Campo Grande (ACP).

**SENHOR GILVANO KUNZLER BRONZONI** (presidente da ACP) — Boa tarde. Eu fiquei sabendo aqui que amanhã é seu aniversário, deputada. Quero parabenizar o mandato da professora deputada Gleice Jane — minha amiga, colega e autêntica na defesa das pautas da educação — e toda a Mesa e demais colegas presentes. Vejam só: eu não me surpreendo nem um pouco com o resultado da pesquisa, com o resultado das andanças. Há um tempo atrás, a menina – de repente algumas aqui não – era induzida a achar que a melhor opção para ela era casar cedo, com qualquer um, só para se ver livre do pai, da violência doméstica, daquele machismo estrutural. Até pouco tempo atrás, quando criamos a Lei Nacional do Piso e, depois, as leis estaduais – primeiro veio aqui em Mato Grosso do Sul a lei municipal, em Campo Grande, regulamentando –, nós, professores, naquele momento, queríamos negociar a nossa hora-atividade. Porque um terço de vinte é 6,66; não dá para ser seis, nem dá para ser sete! Queríamos receber! E eu falo “nós”, em nome de uma parte considerável da categoria. Nós somos levados, muitas vezes, a pensar e escolher situações “no raso”, que é aquilo que mais nos aflige no momento. Hoje, o professor e a professora da rede pública estão sendo massacrados; estão pedindo socorro, estão desesperados na sala de aula, sofrendo todo tipo de violência e acusações, inclusive acusações falsas, como foi colocado pela Mesa. Nós, tanto das entidades de educação, quanto do Parlamento, nunca fomos contrários à punição de quem faz coisa errada. Seja qual for a profissão, tem que ser punido. Mas as acusações falsas têm crescido na educação; e o Fernando mostrou aqui no gráfico os picos dessas acusações; são justamente debates político-eleitorais. Então são fatos; nós temos hoje um ataque à educação pública, independentemente de câmara. A câmara é um tema pontual de debate, um dos adereços de todo esse ataque. Foi apresentada a todos nós — alunos, pais, gestores e à sociedade em geral — a câmara como alternativa de segurança. Ainda bem que estamos tendo um debate razoável sobre a questão do áudio, porque aí, sim, seria violação total, traria ainda mais prejuízo ao desenvolvimento das aulas e da aprendizagem. Mas, enfim, nos é colocada essa questão de segurança e de “tábua de salvação”; hoje, a resolução de todos os problemas da violência, se fizéssemos uma pesquisa aqui em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, acho que teria mais de 80% das respostas apontando a câmara como solução, porque a pessoa tenta se sentir segura com alguma coisa, na ausência de outras políticas. Então, não vejo, Mariúza — ouvindo a sua fala — outra saída a não ser continuar o debate. E nós vamos continuar. As pessoas vão acabar pegando exemplos, como o do professor que conseguiu ser inocentado porque a câmara mostrou que não foi ele; mas teremos que fazer a defesa também do professor, da professora ou do administrativo que foi exposto nas mídias sociais, com linchamento virtual, porque falou, porque sinalizou algo, e a câmara vai ser uma das provas contra esse professor. Vai para o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

discurso politicamente correto na escola a defesa daquele que estava correto; porém, quando for exposto, aí sim, na mídia, aquele, cujo direito de dar aula está sendo usurpado, é quem vai “pagar o pato”. Mas, enfim, o debate das câmeras parece estar acelerado no sentido do senso comum, que nos coloca essa questão como se fosse apenas um problema de segurança. O que nos resta, então, para continuar esse debate, é a defesa permanente da valorização da escola pública como pública, sobretudo porque temos a terceirização batendo à nossa porta, que é outro problema, e que já vem alinhado; a câmera é um dos pontos que vão alicerçar o discurso para terceirizar o que ainda é público, entre outros elementos. Vamos convidar todos, as universidades, os movimentos, a UEMS, a UFMS, os conselhos e envolver a sociedade para a campanha que a ACP lançou, na semana passada. É uma campanha de valorização da escola pública, que vai, justamente, ao encontro dessas pautas. Estamos dialogando com a sociedade na porta das escolas. Hoje, terça-feira, dia 9, chovendo, às 6h30 da manhã – chovendo bastante, vocês viram –, estávamos nas escolas, dentro do Indubrasil, entregando material, jornal, um brinde para o pai e a mãe que levam sua criança à escola, uma ecobag com a mensagem da ACP: “Valorize a escola pública como pública”. Colocamos isso como forma de despertar, tentando dialogar com o pai e a mãe logo ali na porta, dizendo: “Não vamos atacar a escola pública, não vamos atacar o professor; vamos conversar quando tivermos problemas. A escola pública é nossa, precisa ser valorizada e defendida”. Tudo o que pudermos ampliar nesse sentido será o contraponto a políticas como essa. Infelizmente, o debate teórico é um, a história nos aponta outros caminhos; quem debate educação e vive a educação sabe onde isso vai dar, quais os pontos negativos. Mas, hoje, de fato, as pesquisas mostram que estamos perdendo o debate da qualidade para o senso comum, porque o professor está desesperado, sozinho, desamparado e sofrendo violência. Então, vamos continuar o debate, pelo menos para barrar o áudio.

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Obrigada, Gilvano. Nas escolas em que eu ia, em todas eu apresentava primeiro esse cenário, inclusive o que acontece em São Paulo e no Paraná: o que significavam as câmeras dentro desse contexto. E, mesmo dentro desse contexto, a gente viu essa situação desesperadora dos professores, o que mostra o quão grave é o momento de ataque aos profissionais da educação. Convido agora a professora doutora Maria Aparecida Lima dos Santos, que é membra da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Comitê MS, coordenadora da Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas na Educação Básica e presidente da Associação Brasileira de Ensino de História (Abeh). Como professora de História, a senhora já entendeu o que significa todo esse debate; o medo das professoras de História de trabalhar é enorme. Vamos lá, professora.

**SENHORA MARIA APARECIDA LIMA DOS SANTOS** (Campanha Nacional pelo Direito à Educação - Comitê MS; Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas na Educação Básica; ABEH) — Muito boa tarde a todas e todos. Quero saudar a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

professora deputada Gleice Jane e parabenizá-la pela coragem em promover esse evento, trazendo ao debate questões cruciais para pensarmos o papel da escola na construção e manutenção da sociedade democrática. Agradeço ao professor Francisco e à professora Fernanda, que, na assessoria da deputada, me convidaram a organizar o seminário, fazendo a mediação entre a equipe e o Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (Onve) e promovendo este que também é o segundo seminário do Observatório na parceria que nós temos — eu e o Fernando Penna — na região Centro-Oeste, sendo que o primeiro ocorreu no último dia 30 de setembro, com a participação da Fetems, da ACP e da Adufms, sujeitos políticos importantíssimos aqui do nosso estado na defesa da escola pública e da educação. Educação não é apenas a transmissão de conhecimentos, habilidades e valores; diz respeito à individualidade, à subjetividade, à personalidade dos estudantes, com sua vinda ao mundo como seres únicos e singulares. Essa educação, como disse a Mariúza, exige confiança. Colocar câmeras na sala de aula significa dizer: “Eu não confio em você”. Um clima de desconfiança generalizada, que se soma às perseguições, às censuras, ao sucateamento, à precarização da escola, da sua estrutura e das relações pedagógicas, com o incremento de políticas de responsabilização que cada vez mais colocam a responsabilidade pelo funcionamento do sistema nas mãos de professoras e professores, e estes, sem apoio institucional, jogados aos leões, reagem. Essa reação, na forma de câmeras para coibir roubos, agressões, etc., torna-se instrumento de aprofundamento e ampliação desse estado de violência latente que hoje toma conta da instituição escolar – e que não começou agora; começou quando os pobres entraram em massa na escola, na década de 1970. A câmera na sala de aula reforça um projeto que considera o medo como motor da coesão social, o medo como afeto político central em uma sociedade que reforça o individualismo, a competitividade, o “salve-se quem puder”. A câmera na sala de aula exacerba os mecanismos da biopolítica como forma de controle da vida e dos corpos, para lembrar Foucault. Mas temos também que lembrar o que nos diz o filósofo Achille Mbembe, quando formula o conceito de necropolítica e pensa sobre como os grupos dominantes exercem seu poder de escolher quem deve viver e quem deve morrer. Mbembe destaca que, em países ex-colonizados, como o Brasil, o “estado de exceção” não é um momento passageiro ou emergencial, mas uma condição permanente de suspensão dos direitos civis e políticos, e a militarização da vida cotidiana como prática normalizada. Os dados apresentados fundamentam essa hipótese. O controle dos comportamentos é o resultado, e isso já é visível na autocensura, como o Fernando mostrou. Aceitar e desejar as câmeras já é um efeito da necropolítica. Podemos estar pensando na solução emergencial de problemas de violência e – abro aspas aqui – de “ataques contra nós, professoras e professores, levados a cabo por estudantes”. Mas o que quero ressaltar é que esse é o “ovo da serpente”. O nazismo resultou na morte de milhares de pessoas consideradas subversivas e descartáveis para o sistema, consideradas violentas. E, não por acaso, ao colocar câmeras nas escolas, estamos ampliando o controle sobre corpos de pessoas negras, indígenas e pobres, população majoritária nas escolas públicas de Mato



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

Grosso do Sul. Isso não é coincidência, do meu ponto de vista. Controlar os pobres que ingressaram na escola pública desde a década de 1970, e que depois se tornaram professores e professoras, gestores e até presidentes da República, é um desejo antigo. Mas antiga também é a resistência. Dessa forma, quero enfatizar a necessidade de, como profissionais, retomarmos o ato de educar. Precisamos, portanto, retomar o "porquê, para quê e para quem ensinar", tudo contextualizado na reflexão sobre o papel da escola em nossa sociedade. Parar a aula para tratar de uma caneta roubada não é "perder aula"; é educar. É papel e obrigação da escola fazer isso. Sentar duas, três horas com o aluno e a família, conversar sobre roubo, sobre violência, sobre *bullying* é obrigação da escola, e isso faz parte do trabalho do educador. As políticas de responsabilização, com seus controles de produtividade, têm tirado isso de cena e colocado que nós temos é que "atender aos números do Saeb", atender aos números vorazes de quem explora o nosso trabalho. É preciso promover a desnaturalização dos mecanismos da biopolítica e da necropolítica. Precisamos enfatizar que câmeras na sala de aula significam promover uma educação "caçadora", que alimenta a violência e agrava os problemas sociais que explodem na escola. Precisamos fortalecer o coletivo da escola no enfrentamento dessas situações, retomando o ato educativo como ato de cuidado, de orientação, de estabelecimento de limites, mas, acima de tudo, de humanização e de amor como ato político. E concordo com o Gilvano, que me precedeu, no sentido de que esse ato é também defesa do público e da escola pública. Muito obrigada, gente.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT** (proponente) — Obrigada, professora Maria Aparecida. Na sequência, chamo a Estela Márcia Rondine Scandola, articuladora do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Criança.

**SENHORA ESTELA MÁRCIA RONDINE SCANDOLA** (coordenadora do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Criança) — Bom, boa tarde para todo mundo. Quero agradecer imensamente a oportunidade de poder falar nesta nossa atividade. Conheço a Gleice desde que fui discutir saúde do trabalhador no Sinted de Dourados; fui lá discutir saúde dos trabalhadores em educação. Então, me dou o direito de partir daí. Quero agradecer imensamente, poderia até ter ficado por último, porque já teriam sido eliminadas várias coisas que eu não preciso repetir. Quando fui convidada para ser articuladora estadual do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças, eu disse: "Está bom, eu vou fazer o trabalho participativo, só que, depois que a gente fizer tudo para o nacional, vamos transformar isso num plano estadual". A partir daí, tínhamos três grandes metas: conversar com conselheiros tutelares; conversar com uma comunidade tradicional – o que ocorreu no município de Caarapó – e realizar um seminário estadual. Por que estou falando disso? Porque, em todas essas atividades, a educação foi uma grande ausência. Os movimentos da educação não estiveram presentes. Quero retomar isso, porque já tenho sessenta e três anos e estive no primeiro Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual, em que a Fetems era um órgão decisor no processo de enfrentamento



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

à violência sexual. Sabe por que estou falando isso? Porque não existe vazio na política. Se as organizações não tomam a frente para dizer qual é o rumo e, sobretudo, como vão caminhar, alguém toma essa decisão. Então, isso, para mim, é fundamental de ser dito. Isso também nos remete a pensar que falta um elemento fundamental aqui nesse nosso debate: quem são? Os estudantes. São as crianças e os adolescentes. E olhem que as crianças têm o que dizer. Agora, como tenho ouvido as crianças e adolescentes sobre como querem enfrentar a violência, o que elas falam? “Nós queremos professores mais capacitados para nos ouvir; queremos que os professores nos acolham; queremos que os professores não cometam violência conosco.” Porque parece que estamos falando em “brancas nuvens”, como se a violência fosse apenas contra o professor. Não é. Temos muitos professores que cometem violências contra crianças e adolescentes: violência étnico-racial, capacitista, de gênero, de geração. Recentemente, ouvi, de crianças e adolescentes, relatos de que professores mandam elas voltarem para casa porque chegaram “cheias de terra”, sendo que vieram a pé e, em suas casas, não havia água para tomar banho. O professor começa a dar risada, junto com os outros estudantes. Quero dizer que esse debate precisa ser mais profundo. A escola é um poço de contradições e precisamos trabalhar com as contradições existentes. Tenho algumas perguntas que não sei se conseguiremos responder, mas o que eu queria destacar sobre a implantação de câmeras é: só no setor público que nós estamos discutindo? Porque o setor privado rico já tem câmeras faz muito tempo, e os pais ficam de casa monitorando o que os filhos estão fazendo. Então, nós estamos discutindo só o setor público? Nós não somos de um estado que tem uma política de educação? Se a gente é de um estado que tem uma política de educação, como é que fica o setor privado nesse debate? Por acaso, no setor privado, crianças e adolescentes também não têm direitos, também não são sujeitos de direitos, pessoas em desenvolvimento? A Constituição diz isso. Então, acho que essa é a primeira questão. A segunda situação é: as câmeras já chegam privatizadas, porque elas vêm no sistema de terceirização, contratação de uma empresa. Ora, se elas já chegam privatizadas, onde é que fica o poder do Estado de regular onde é que essas imagens vão ser guardadas? Acho que a regulação da guarda da imagem precisa ser feita. Essa é uma questão que me parece bastante importante. No Seminário Estadual, a vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) falou algo maravilhoso: ela diz que as crianças e adolescentes têm autonomia em crescente, elas vão aumentando a autonomia. Nesse processo de aumentar a autonomia, a partir desde o ensino das Emeis, como é que fica o processo de construir com elas o direito da imagem? Quem é que pode vê-las? Quem é que pode manipular seus corpos? Quem é que pode falar coisas ideologicamente contrárias aos direitos de crianças e adolescentes? Por exemplo: quando a gente tem professores que odeiam as religiões de matriz africana e violam os direitos, como é que a gente vai considerar isso? Então, assim, eu estou trazendo isso, gente, como uma questão de fundo para a gente pensar na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, porque eu acho que esse devia ser o foco. O foco não é se o professor vai ser perseguido, se o professor vai ser fiscalizado, se vai virar uma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

relação de crime e castigo. Esse, para mim, é um debate secundário. O primeiro debate é: como é que nós vamos garantir os direitos de crianças e adolescentes no ambiente escolar de todas as escolas? Então, como é que a gente garante, inclusive, o direito das crianças e adolescentes? Como disse o menino: “A gente quer que o professor aprenda a ouvir a gente”. Eu disse: “E quando não tem professor para ouvir?”. “A gente fala com o psicólogo e com a assistente social.” E para que vocês querem? “Eles tinham que treinar os professores.” Olha a nova função de psicólogo e assistente social: treinar os professores para acolher as situações de violações de direito. E, para finalizar, quero dizer que a gente precisa reconhecer a fragilidade em que o movimento estudantil está. A ausência do movimento estudantil nesse nosso debate não é uma denúncia para os outros; ela é uma denúncia para nós mesmos e para a nossa incapacidade, como sociedade brasileira, de defender as organizações de estudantes, para que elas pudessem falar. Obrigada.

**DEPUTADA GLEICE JANE - PT** (proponente) — Obrigada, Estela. Eu acho que você traz um ponto aqui bem importante, que é realmente uma coisa que eu também sempre tenho observado nas conversas. Na pauta do assédio, em específico, a gente sabe que tem assédio na escola e a gente sabe que tem que combater o assédio, mas a gente também sabe que boa parte dos professores e das professoras não sabem o que é o assédio, como lidar com isso, como proteger e como não cometer. A gente sabe disso, porque nós temos uma estrutura da sociedade que formou homens para olhar para as mulheres como instrumento de prazer masculino. E, se a gente não desconstruir essa ideia, os professores vão olhar para as meninas com esse olhar. E a gente precisa discutir isso. Mas como é que a gente vai discutir isso? Na minha compreensão, a escola não pode se reduzir ao conteúdo de Português, ao conteúdo de Matemática, ao conteúdo de Ciências. Nós estamos discutindo aqui que nem isso estamos conseguindo garantir. Uma escola democrática tem que formar pessoas para a vida, formar cidadãos e cidadãs. E como é que a gente forma cidadãos e cidadãs se não é capaz de discutir questões fundamentais na formação social e cidadã de um indivíduo? Aí nós temos um problema sério. Esses professores vão violar direitos das crianças, mas eles não tiveram essa formação, e isso é grave. Tenho observado isso nos debates e nas conversas. Os professores questionam por que há uma CI que orienta o processo do que fazer se houver um assédio na escola, mas não houve uma CI orientando para que não haja o assédio, prevenindo o assédio, explicando o que é, com uma cartilha, dizendo o que é. As pessoas não sabem e são denunciadas constantemente. E nem os alunos sabem. Há situações em que o aluno, por não gostar de determinado professor, diz: “Ele me assediou”. Tenho falado também sobre isso: uma preocupação nas escolas é que a pauta do assédio foi muito mencionada em todos os momentos. Mas, se houver uma situação de assédio na praça ou na diretoria, o processo terá que seguir do mesmo jeito, e a câmara não vai proteger. O assédio não pode acontecer em nenhum lugar. Mas como enfrentamos essa pauta? É uma pauta, na minha avaliação, extremamente profunda, que vamos ter que discutir, mesmo, enfrentar urgentemente. Temos que colocar a escola no seu lugar de novo. A escola não pode ser



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

um espaço só de formação de conteúdo. Na minha condição de professora, quantas vezes ouvi denúncias de meninas que chegavam e sentiam confiança em mim para denunciar que eram vítimas de violência dentro de casa e em outros espaços, e a gente pôde encaminhar. Se eu fosse uma professora que só se preocupa com o conteúdo, essa aluna não se sentiria à vontade para conversar comigo. Quantas situações de enfrentamento à violência nós administramos dentro da escola! Mas precisamos ter o direito e nos sentir respaldadas para poder colaborar com as crianças. Esse debate é muito mais profundo do que as câmeras. Eu também entendi dessa forma, quando fui às escolas. Percebi que o debate é muito mais sério; as câmeras viraram só um elemento. O que está por trás de todo esse debate é o que nós vamos ter que enfrentar. E você traz outro elemento: a fragilidade das organizações sociais. Como vamos fazer essa discussão junto com essa fragilidade? Como vamos organizar esse debate? Essa é uma preocupação que eu tenho. Eu quero garantir aqui a última fala, que é da vereadora Eliete Feitosa, vice-presidente da Câmara Municipal de Mundo Novo, que nós conhecemos como Neguinha. Depois, se houver mais inscrições, a gente abre novamente.

**SENHORA ELIETE FEITOSA TEL** - Neguinha do PT (vice-presidente da Câmara Municipal de Mundo Novo) — Boa tarde, nossa grande deputada Gleice Jane. Ontem, a minha fala foi — 98% — sobre a sua pessoa. Eu estou vereadora — não sou, porque o “ser” é para sempre e o “estar” é passageiro — numa cidade onde, há vinte e seis anos, foi brutalmente assassinada uma mulher que ousou desafiar o narcotráfico, o tráfico de seres humanos, a não se curvar à corrupção [sic]: Dorcelina de Oliveira Folador. Quando vi o vídeo da Gleice, colocando de forma muito clara a ameaça que sofreu — que, com certeza, não foi a primeira, mas, desta vez, veio muito mais exposta — aquilo imediatamente me remeteu a todo o sofrimento de vinte e seis anos atrás, vivido por uma mulher com deficiência física, militante do MST, uma mulher que tinha uma visão à frente do seu tempo. E, ouvindo aqui hoje educadores e educadoras, pessoas que, como eu, acreditam que um país realmente é transformado à medida que as pessoas são transformadas e ajudam a transformar este país por meio da educação. Eu gostaria muito de ter tido a oportunidade de me sentar ao lado de Paulo Freire, como muitos queriam, porque ali se “bebia do saber”. Mas eu me sinto privilegiada, vindo de quinhentos quilômetros para cá, chegando hoje e estando aqui. Fiz questão de estar neste seminário para tentar entender melhor toda essa situação que, para alguns, parece tão simples: “Vamos botar a câmera lá e vamos resolver os problemas”. Isso não é fato. A realidade da vida nua e crua é outra, não é, Estela? E eu, ouvindo vocês, me sinto muito mais privilegiada pelo lugar da minha fala, sabendo de onde eu saio, onde estou, onde cheguei e onde pretendo estar. Ouvindo atentamente cada fala, me emocionando, conhecendo Estela desde os meus cabelos pretos lá atrás – faz muito tempo –, concordando; ouvindo alguém aqui do meu lado, enfim. Temos outra situação: quem cuida de quem cuida? Estamos em um país, em um estado que não está se preocupando em cuidar de quem cuida. Estamos todos adoecendo, especialmente as mulheres, com uma carga muito grande, mas com uma força inexplicável. Não me convence



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

– não me senti convencida ainda, respeitando todas as falas que ouvi – de que fiscalizar, vigiar, porque é isso que enxergo nas câmeras, seja a solução. Vigiar, intimidar, dizer: “Estamos aqui ouvindo o que você vai falar, cuidado. Cuidado!”. Isso, para mim, é retrocesso, é absurdo. Quero ser corrigida, se assim vocês acharem que deve ser, mas, para mim, isso não começou ontem. Este é um processo antigo, muito antigo, que vem devagarzinho, ocupando espaço. Como disse Estela, na política não tem vazio; a vida é política, não há espaço vazio. Alguém foi ocupando esse espaço, foi indo devagar, e, enquanto nós, algumas vezes deitados em “berço esplêndido”, esperávamos passar, chegamos à situação de hoje. Não estou apontando para ninguém; aponto para mim mesma. De repente, nós chegamos ao momento em que a educação foi “minada” por não profissionais — desculpem-me — que estão na sala de aula e, às vezes, desmotivam cada vez mais o aluno periférico, indígena, quilombola. Eu falo isso porque vejo no município onde moro. Também estive na sala de aula, e convivo até hoje. Em vez de incentivar, orientar e encorajar o aluno a ocupar o espaço que é dele, a desejar chegar onde quiser, vemos muitas vezes o contrário — e esse, definitivamente, não é o papel da educação. O papel da educação é justamente incentivar cada vez mais, orientar e encorajar para que cada pessoa ocupe o espaço que é seu, onde quiser chegar no município, no estado ou no país. A educação deve usar todos os seus meios para garantir essas condições, não permitindo que o indivíduo deixe de ser pensante. Essa questão de nos tolher – professor de História não poder falar sobre a realidade do país, sobre escravidão, racismo e etc., que assolam nosso país e o mundo – é cada vez mais tentar impedir que o ser seja pensante. O aluno tem que ser um ser pensante, tem que desenvolver algo. E aí você pega um celular e coloca na mão de uma criança, de um bebê, e deixa ali horas e horas; depois, ele não consegue fazer uma resenha, porque a memória, o cérebro não estão sendo condicionados a pensar, a fazer sua autocrítica, a crítica, a olhar o mundo como deve ser olhado. E eu, lá no Parlamento, minoria das minorias, única mulher, única de esquerda, no meio de machos “escrotos” — peço desculpas pela palavra — de extrema-direita, a cada segundo tenho que lutar para não sofrer violência de gênero em todos os sentidos. Este seminário, Gleice, tinha que acontecer mais vezes, em várias regiões. Eu desafio aqui – e sei que não é fácil. Ano que vem nós teremos ano eleitoral; já está colocada, dentro dos parlamentos e das salas de aula, a disputa da eleição. A coisa fica muito mais difícil, porque, quando a “Neginha do PT”, dentro da sala de aula, se estivesse lá, ousasse dizer uma palavra, com certeza viriam para cima. Mas, modéstia à parte, eu gosto do desafio; quando me dizem “não”, é que viro uma leoa. Muitos e muitas não são assim. Aprendi com Dorcelina, aprendi com minha mãe, que me pariu e pariu mais onze — nordestina vinda em pau de arara — que nós precisamos ser fortes. Temos um desafio. A questão do áudio é um dos detalhes gritantes nessa história, mas, ao meu ver, estar ali uma câmera dentro de uma sala de aula, para mim, que já fui presa, não porque cometi absurdos, mas por questão política, é a mesma coisa que estar dentro de um presídio, porque você está sendo tolhida de toda liberdade de falar o que a lei pede e o que a vida e a realidade colocam. Afinal de contas, que educador vai para



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

a sala de aula e coloca só o conteúdo que está ali, e não coloca a realidade do que viveu naquele dia, naquele mês, naquele ano, no seu país ou fora dele? Quero ser convencida sobre a questão das câmeras. Na verdade, retiro o que disse: não quero ser convencida! Para mim, isso é retrocesso, isso é um absurdo, isso é uma verdadeira prisão, isso é uma metralhadora no cérebro do educador, do educador verdadeiro. Vamos acordar para a vida! Precisamos acordar para a vida, e momentos como esse precisam acontecer mais vezes. Precisamos ter coragem de fazer esse tipo de debate, fazê-lo regionalmente, fazê-lo mais vezes no estado, provocar todos e todas. A Estela falou uma coisa quando cheguei aqui: eu sei que é difícil, deputada Gleice Jane, e espero vê-la muitas vezes nesta Assembleia — e assim eu peço todas as energias do cosmos. Eu senti falta: onde estão os meninos e as meninas daqui? Poderiam ser meninos e meninas de sessenta anos que estão na sala de aula, mas onde estão para nós os ouvirmos? Lá em Mundo Novo, um dito “cidadão de bem”, que trabalha em uma empresa conceituada, abusava de sua enteada desde os seis anos de idade, mas ela não tinha coragem, porque a mãe não acreditava. Foi por meio de uma conselheira tutelar, que foi à escola estadual fazer uma palestra sobre proteção do corpo, sobre direitos, que, ao final da fala, essa adolescente pediu para conversar em particular e denunciou o agressor. Foi um alvoroço na cidade, porque, imaginem: um “cidadão de bem”, comunicador, querido. A sociedade o defendeu. Essa é a realidade nua e crua. O desafio é muito maior do que pensamos. Estamos contaminados em todos os meios e, por isso, mais uma vez, cabe a nós — teimosos, teimosas e ousados —, sabendo onde queremos chegar, trabalhar por uma evolução para que essa humanidade seja, de fato, humana. Um grande abraço. Falei demais para o meu tamanho. Um axé a todos e todas. Obrigada. Gratidão imensa.

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Obrigada, Neguinha. O professor Márcio pediu a palavra.

**SENHOR MÁRCIO WAGNER DE SOUZA** (Fórum Estadual dos Gestores Escolares) — Coisa rápida. Eu só queria falar o que acho importante a proposição da Estela, de trazer os alunos ao debate. Temos cerca de vinte mil funcionários e professores nas nossas escolas públicas e, para esse universo, contamos com cinco vezes mais alunos. Por isso, é fundamental trazer os estudantes para participar desse debate. E quero acrescentar algo que não mencionei na minha fala: do ponto de vista da segurança, tivemos hoje mesmo, às 6h30 da manhã, um caso bastante significativo. Uma diretora — que nem é da minha rede, mas da rede municipal — já havia me relatado, na sexta-feira, a situação de um professor que fora citado duas vezes por alunas, denunciado por supostamente molestar e passar a mão nas alunas, mas não havia como provar. Agora, nesta semana, ele repetiu o ato em um ambiente da escola que tinha câmera, e, assim, a direção pôde finalmente fazer a denúncia formal contra ele. Portanto, precisamos analisar todos esses pontos com muita atenção. Era apenas isso que eu queria acrescentar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Obrigada, Márcio. O Péricles também pediu para falar.

**SENHOR PÉRICLES DUARTE GONÇALVES** (assessor jurídico) — Boa tarde a todos. Boa tarde, deputada. Meu nome é Péricles, eu sou advogado, sou da assessoria jurídica da deputada. Eu queria contribuir aqui, deputada, com um artigo; o artigo nº 205 da Constituição traz muito disso que foi falado aqui hoje sobre um tripé que sustenta o processo de ensino-aprendizagem e o processo de educação. Os educadores, professores e professoras, têm três missões: formar o discente com pleno desenvolvimento da pessoa — é preciso pensar esse processo de pleno desenvolvimento —; preparar para o exercício da cidadania; e qualificar para o mercado de trabalho. Talvez esse seja o grande desafio, porque formar gente é um processo muito complexo. Eu sou licenciado em Letras também, e a gente vê o grande desafio: a situação não é tão simples quanto parece, e talvez aquilo que foi dito aqui hoje nos faça entender a educação como um processo complexo; e devemos "beber" também desse texto constitucional. A Constituição fala como direito de todos e dever do Estado, mas qual é essa educação que tem que ser oferecida? Ela tem que ter essa completude toda. Por isso, considero necessário resgatar sempre o texto da Constituição Federal e buscar nesse amparo a compreensão de que existe um tripé sustentando todo o processo de educação. E esse é o caminho: discutir. Não existe solução simples para problemas complexos; o problema é complexo e a discussão também precisa ser igualmente complexa. Quero parabenizar a todos pelas colocações. Acredito que são muitas dores envolvidas, e a grande dificuldade — e desafio — que a deputada tem enfrentado é ter que trilhar no meio de todo esse processo de enfrentamento a uma tentativa de ingerência no processo educacional. Ela, inclusive, trouxe uma discussão ao Plenário esses dias que foi bastante interessante: todos ficaram surpresos porque ela queria interferir na questão da segurança pública para discutir segurança pública. Aí disseram que não era assunto para ser discutido por qualquer um, que precisava ser gente especializada. E ela respondeu: “Ué, mas todo mundo quer se meter na educação. A educação é pauta comum. Por que a segurança pública não vai ser?” Então, ela fez esse enfrentamento — e acho que ele é necessário. Agora, o caminho é continuar discutindo. Eles não estão ouvindo nem os professores no que diz respeito à educação; querem decidir tudo lá nos gabinetes. Por isso, considero esse processo aqui muito importante. Eu me sinto muito feliz em fazer parte deste espaço e poder contribuir com esse momento.

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Bom, gente, encaminhando então para o final, pergunto se há mais alguém que gostaria de se manifestar. Vou devolver a fala à Mesa para as considerações finais, mas, antes disso, quero destacar que — com base no que ouvimos aqui — é importante reforçar que os estudantes foram convidados, tanto as Unes quanto a Ubes. Eles chegaram a confirmar presença, mas não vieram. Ainda assim, nós vamos retomar esse diálogo e ouvi-los, porque considero essencial que esse processo de escuta seja completo. Estive recentemente em uma sala de aula com os alunos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

e perguntei a eles como se sentiriam; e, numa turma de adolescentes, a resposta foi: “Nós não queremos, não”. Contudo, precisamos ouvi-los formalmente, assim como precisamos ouvir os pais. Quando lidamos com menores, o processo é um pouco mais difícil, mas, ainda assim, vamos ouvir os alunos aqui. E, para construção da lei, nós vamos pensar aqui em algo que contemple todo esse debate que vocês apresentaram, considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Proteção de Dados, considerando o direito das crianças que foi apresentado aqui também e principalmente, que essa foi uma pergunta que, em todos os lugares, eu ouvi: como é que essas imagens serão guardadas? É uma preocupação muito grande neste contexto, e nós vamos precisar ter alguma orientação de quem realmente entende desses dados, para que possamos construir algo consistente e não deixar que isso se perca. O Onivan traz aqui a resposta: “Olha, na nuvem...”. Eu também tenho muitas dúvidas sobre qual é a segurança da nuvem. A nuvem é um espaço privado, tem um dono, está sob domínio de alguém — e o que esse dono faz com tudo isso? Por isso, a preocupação com a nuvem é legítima. Onde vamos armazenar todas essas informações? Por quanto tempo isso ficará armazenado? Quem poderá ter acesso a esses dados? Acho que há muitos questionamentos apresentados por vocês que não diferem dos que ouvimos nas escolas; as próprias escolas levantam essas dúvidas com muita frequência. Então, com base em tudo isso, vamos elaborar o relatório e refletir sobre cada ponto. E, se vocês quiserem, podemos enviar o texto para leitura antes da apresentação final, até realizando um novo encontro, mesmo que virtual, para que todos tenham acesso e possamos construir algo o mais democrático possível. O objetivo é errar o mínimo possível dentro dessa conjuntura, porque, sinceramente, não sabemos o quanto estamos acertando, mas queremos minimizar os erros e garantir uma educação com liberdade de expressão. As escolas precisam retomar isso. Há ainda algo que me preocupa muito, e que a Estela trouxe aqui: a pressão da sociedade sobre a escola — ou melhor, de alguns pais e algumas mães. Não podemos dizer que isso representa todo o contexto, mas o fato é que existe uma pressão dizendo o que não pode ser feito, enquanto não há movimentos exigindo aquilo que deve ser feito. Por exemplo: onde estão os movimentos cobrando que as escolas apresentem conteúdos sobre religiões de matriz africana? Nós precisamos começar a cobrar também, bater na porta do diretor e perguntar: “Diretor, isso está acontecendo aqui?”. Assim, inclusive, o diretor poderá responder: “Olha, eu também estou sendo cobrado para que isso aconteça.” Precisamos pensar nisso. A pauta do debate de gênero e sexualidade é conteúdo, é obrigatória. E como estamos cobrando a efetividade dessa legislação? Essa é outra preocupação: como garantir que a lei seja, de fato, cumprida? Porque leis nós temos muitas, inclusive de proteção às mulheres. Não é só a Lei Maria da Penha; há inúmeras legislações. Mas como estamos utilizando essas leis no combate às violências? Menciono a Maria da Penha porque esta semana toda o debate, no estado e no país, gira em torno dela, mas há legislações que obrigam ações de prevenção a todo tipo de violência. Essas leis estão sendo cumpridas pelas escolas? Esse é um debate que também precisamos enfrentar e fiscalizar. E, digo a vocês com tranquilidade: pelo que ouvi, não! Essas leis não



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

estão sendo cumpridas, cumpridas porque existe um pai, uma mãe, alguém que pressiona, que leva ao Ministério Público, que faz um debate equivocados. E, quando chega no professor, o professor treme, gela, e sente medo — e é natural sentir medo. Eu mesma passei por essa situação: a coordenação queria saber o que eu tinha feito em sala porque uma mãe veio questionando, baseada no que o aluno disse. Eu respondi: “Fala para ela ir ao Ministério Público, à coordenadoria, que eu vou enfrentar esse debate.” Mas eu sabia o que estava fazendo, conheço a legislação. Mas nem todos os professores estão habilitados e capacitados para isso. E, quando eu disse aquilo, o assunto morreu. Mas quantos profissionais realmente sabem, conhecem todas as legislações e entendem que têm obrigação de trabalhar esses conteúdos? Por isso, estamos diante de uma situação que exige reflexão profunda. Precisamos pensar como é que vamos exigir que a escola cumpra a legislação. Então, para encerrar, vocês viram que o debate sobre a câmera, no final, virou quase supérfluo; o debate acabou trazendo outros elementos que acho muito mais sérios. Mas ele nos trouxe possibilidade de reflexão. Para encerrar, quero convidar, começando pela professora Celi, depois a Mariúza, o Onivan e, por último, o professor Fernando, para fazerem suas considerações finais.

**SENHORA CELI CORRÊA NERES** (Conselho Estadual de Educação) — Quero agradecer. Este momento aqui no nosso seminário mostrou o quanto essa questão tem de pano de fundo. Muitas questões foram levantadas e, muitas vezes, o nosso debate privilegia apenas um olhar. Eu mesma cheguei aqui olhando sempre pelo lado do professor e da preservação do ato de educar, mas quantas outras questões foram colocadas que, na verdade, compõem esse pano de fundo da discussão sobre as câmeras! Como a deputada disse, a instalação das câmeras nas escolas acabou se tornando quase um detalhe diante de tudo que foi exposto. Quero dizer também que o Conselho Estadual de Educação publicou, há uns dois ou três meses, um parecer orientativo sobre violência na escola. É muito importante que as escolas acompanhem as políticas educacionais e, sobretudo, aquelas que o Conselho tem emanado, pois orientam o sistema educacional como um todo. É fundamental que a escola conheça e debata esses pareceres e documentos em seu próprio âmbito. A câmera não vai resolver nada no processo de violência na escola; pelo contrário, pode até agravá-lo, porque muitas vezes o uso da câmera legitimará atos de violência. Eu trabalho com Educação Especial, sou pesquisadora da área, e vejo o quanto crianças com deficiência têm sofrido violência nas escolas. As minhas pesquisadoras, orientandas de mestrado e doutorado, mostram isso todos os dias em seus trabalhos. Faço aqui um apelo aos educadores e, em especial, ao representante dos diretores das escolas: acompanhem as políticas, estudem as políticas no âmbito escolar, porque isso é fundamental para pensarmos o ato educativo de forma mais humanizada. Quero agradecer pelo debate profícuo. Saio daqui com muito aprendizado. Até pedi — fiz uma provocação à professora Maria Lima — que ela publicasse sua fala e a socializasse, para que esse texto sirva como instrumento na discussão deste projeto de lei aqui na Casa. O que ela apresentou sobre a questão do biopoder, de como uma estratégia aparentemente ingênua



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

e simples impõe um controle à escola — controle de corpos, controle pedagógico, político, ideológico, controle do próprio ato de educar — é fundamental. Quem sabe esse texto, junto com a pesquisa importantíssima trazida pelo professor Fernando, sirva de fundamento para enfrentarmos esse debate. Muitas coisas nós sabíamos “de ouvir dizer”, mas ver isso em uma pesquisa científica que escancara a violência que professores e professoras sofrem é fundamental. Muito obrigada. Que possamos ter um instrumento legal que consiga realmente olhar para essas questões.

**SENHORA MARIÚZA APARECIDA GUIMARÃES** (Seção Sindical das Professoras e Professores da UFMS) — Acho que não dá para a gente começar tudo de novo, mas quero trazer alguns elementos que também contribuem para o debate. Achei muito interessante que a pesquisa apresentada pelo professor Fernando tenha como referência o ano de 2010, e eu gostaria de retomar dois fatos de 2009 e 2010 dos quais participei diretamente. Em 2009 e 2010, tivemos uma série de discussões sobre temas como o ensino religioso nas escolas. Aprovamos uma norma, conforme definição do Conselho Nacional de Educação, estabelecendo que o ensino religioso seria de oferta obrigatória, mas de matrícula facultativa para o aluno. Como muitas escolas optavam por ofertá-lo e as famílias tinham interesse, o Ministério da Educação começou a preparar material para essas aulas, pois não havia material didático específico. A primeira cartilha tratava das religiões de matriz africana. Quando esse material chegou às escolas, várias comunidades se mobilizaram e chegaram a fazer uma passeata aqui em Campo Grande contra o documento, alegando que as escolas estavam ensinando as crianças a “fazer macumba” — esse era o termo usado à época. Outro tema em discussão naquele período eram as normativas sobre gênero e estudos de gênero na educação. Fui relatora dessa norma no Conselho Estadual de Educação em 2009 e 2010. Em 2011, quando deixei o Conselho, havíamos aprovado um parecer orientativo sobre questões de gênero, que seguiu para a Secretaria de Educação para homologação. Essa norma nunca foi homologada: foi remetida à Procuradoria-Geral do Estado e agora retornou ao Conselho, exigindo que lhe demos um destino. Algumas das questões contidas nela já estão, inclusive, superadas, e será necessário retomar e reconstruir o debate. Ainda em 2009, a UEMS, em parceria com o MEC, realizou uma formação ampla de professores sobre educação de gênero, educação indígena, educação de jovens e adultos e educação do campo. Produzimos material em CD e impresso; eu ainda o tenho. O professor Francisco e eu escrevemos sobre educação do campo, e a professora Celi e eu escrevemos sobre Educação Especial. Era um material muito interessante. Porém, depois do impeachment da presidenta Dilma, grande parte desse trabalho se perdeu. Observem que essa discussão acabou gerando resistências e resultou no que estamos debatendo hoje: o silenciamento e a intimidação de professores que estavam apenas exercendo sua função de educar, levando para a escola temas necessários e promovendo o debate — nada além disso. Esse é o papel da escola. Essa discussão remete àqueles aspectos, e a pesquisa começa justamente nesse período, mostrando que a perseguição nas escolas, embora tenha antecedentes, cresce exatamente



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

quando essas questões são trazidas à tona. E aí a escola, como espaço de produção de saber, tem, de fato, o papel de produzir conhecimento, porque só vamos superar as diversas formas de violência presentes na escola por meio do conhecimento. No entanto, as câmeras — seus efeitos e o uso que se pretende fazer delas — podem se tornar, de fato, mais um instrumento de silenciamento, intimidação e impedimento da produção desse conhecimento e desses saberes escolares que construímos na escola e na universidade. Por isso, essa discussão não pode parar. Continuaremos defendendo a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, aquela que produz conhecimento, promove a transformação das vidas e transforma também os espaços de vivência de todas as pessoas. É isso. Muito obrigada por esse espaço de participação.

**SENHOR ONIVAN DE LIMA CORRÊA** (vice-presidente da Fetems) — Primeiro, quero agradecer o espaço concedido pela deputada. Acho que, quando falamos nisso, ter uma professora ou um professor ocupando esse espaço é algo fundamental, e era isso que eu comentava aqui com a deputada. Nós fomos presidentes de sindicato no mesmo período e participamos de muitos embates, de várias pautas e lutas, Gleice, sempre escutando. Travamos uma luta incansável, enquanto movimento sindical, para combater e impedir a aprovação da chamada “Escola Sem Partido” aqui em Mato Grosso do Sul. Fizemos esse debate para defender o professor e o direito de cátedra, desde a elaboração do Plano Nacional até o Plano Estadual. Disputamos isso, gente, incansavelmente, estratégia por estratégia de cada plano. O movimento sindical fez isso, e a Gleice e eu sempre estivemos juntos nessa luta. Inicialmente, como já disse a vocês, nossa posição foi: “Não, gente, isso é um absurdo.” Mas a realidade não é tão simples assim. Precisávamos conversar, e foi o que fizemos por meio da pesquisa, e buscamos ouvir. Como se costuma dizer, o que chegou até nós foi surpreendente. A própria Gleice, em determinado momento, me disse: “Onivan, estou fazendo agora tal coisa e gostaria muito de te ver”. E eu respondi: “Gleice, nós realizamos uma consulta e, infelizmente — e também para nossa felicidade —, o resultado apontou aprovação, indicando que o uso da câmera foi considerado importante”. Diante disso, acredito que o grande debate não seja a existência da câmera em si, mas o uso que se pretende fazer dela. É claro que somos constantemente colocados diante de diferentes situações, mas aquilo que a Gleice sempre ressalta é fundamental: voltar para a base, estar com a base. Afinal, não somos nós que vivemos o cotidiano da escola todos os dias. Assim como os diretores trazem suas experiências do dia a dia, nós também precisamos reconhecer que, muitas vezes, acabamos nos distanciando dessa realidade. Há diferentes olhares nesse processo: o do Onivan, professor que já está há seis anos fora da sala de aula; o da Gleice, que hoje é deputada, mas que até pouco tempo também atuava em sala de aula; e o nosso, enquanto movimento sindical. Há ainda aqueles que estão em outros espaços, como deputados, vereadores ou gestores, cada um com suas convicções e conceitos. No entanto, a prática cotidiana — saindo do universo acadêmico e chegando à realidade concreta do professor que está em sala de aula, que promove o debate, enfrenta as tensões e sofre os impactos dessas decisões — precisa ser ouvida.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

Também considero fundamental ouvir os estudantes, mas é necessário partir do pressuposto de que, no processo humano de formação, o papel do adulto é importante. Nós, enquanto trabalhadores da educação, cursamos licenciatura, estudamos, passamos por um processo de formação e, acredito, temos a capacidade de dialogar, de fazer esse debate e de apontar aquilo que julgamos importante para o desenvolvimento, o crescimento e a transformação do ser humano e da realidade em que ele está inserido. Enquanto Fetems, enquanto fórum, partimos igualmente do princípio de ouvir os sujeitos. E entendo que a Gleice tem feito exatamente isso: ouvido, proposto e trazido esse debate. O que foi apresentado nessa pesquisa é fundamental, mesmo que, em alguns pontos, haja divergências. Você ouviu a base, as pessoas responderam, e precisamos aprender a respeitar isso, ainda que não concordemos plenamente. É aquele voto vencido, dolorido, com dor no coração, mas que nos exige dizer: “Este foi o entendimento do grupo, e vamos respeitá-lo”. É nesse sentido que a Fetems também tem atuado nesse debate, com ressalvas. Acho que é isso. A grande questão é: como, de que forma, quem vai ter acesso e quando vai ter acesso? Porque não vai funcionar simplesmente porque a Estela, mãe, chegou lá e pediu. Não é assim. É preciso ter um caso, ter critérios. Não é qualquer pessoa que chega lá. Acho que isso precisa ficar muito claro: quem vai ter acesso a tudo isso. Primeiro, não é só a Estela que vai aparecer; serão as “Estelas”, as “Marias” os “Josés”, os “Joaquins” que estarão na sala de aula — vinte e cinco, trinta, quarenta e cinco sujeitos, o professor, a professora, enfim, todos estarão expostos a isso. Então, é preciso cautela, cuidado, ouvir os sujeitos. E a Fetems, quando convidada, sempre esteve presente, e estaremos em todos os espaços onde fomos convidados para fazer o debate, e também para expressar aquilo que a nossa categoria — trabalhadores e trabalhadoras da educação — tem a dizer e a pensar, enquanto movimento sindical, mas principalmente enquanto sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Obrigado.

**SENHOR FERNANDO PENNA** (docente da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Onve) — Quero começar parabenizando o mandato da deputada Gleice Jane pelo debate. A gente viu o quão proveitosa foi esta tarde ouvir e pensar juntos. Quero reforçar que vim aqui representando o Observatório Nacional da Violência contra Educadoras e Educadores, mas concordo plenamente que também precisamos ouvir os estudantes. Essa questão deve ser abordada do ponto de vista dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sobre a fala da colega, é importante destacar: o conservadorismo e a extrema-direita não surgiram no Brasil em 2010. Eles já haviam atravessado uma ditadura; reacenderam, exatamente. A perseguição a educadores já foi muito violenta no país. Vivemos uma ditadura militar que perseguiu educadores e educadoras, e vemos novamente um movimento de crescimento dessa violência. E 2010 também é um marco relevante para pensar a educação. Foi naquele ano que se discutia nacionalmente o Programa Brasil sem Homofobia, que resultou em materiais de uma campanha chamada “Escola Sem Homofobia” — posteriormente pervertida na mentira do chamado “kit gay”. Sabemos o impacto que isso tem, não só na educação, mas na política mais ampla. E, sobre isso,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

entendo o que vocês disseram: a escuta dos educadores é perfeita. Mas acho que também precisamos refletir sobre como formulamos as perguntas. A pergunta deveria ser: “Você quer psicólogo? Quer alguém do serviço social? Quer melhoria salarial? Coloquem na ordem de prioridade”. Então, a câmara vai estar no meio. Ninguém vai dizer que a solução do problema da educação é a câmara. Estou dizendo isso porque não temos como evitar esse debate no campo legislativo. As pautas vão sendo impostas, e a gente responde a elas. Mas nós precisamos aproveitar o que está acontecendo hoje, esses momentos, para afirmar que a câmara não é a solução para os problemas da educação. E, já que esse tema está sendo colocado agora, precisamos usá-lo para retomar as pautas que julgamos importantes. Temos que aproveitar essas ameaças para retomar debates que sabemos que são essenciais para a categoria. A câmara não vai resolver nada. É algo vindo de fora do campo da educação como se fosse uma solução para nós, e precisamos aproveitar esse momento para discutir o que realmente queremos. Então, parabéns a todos nós. Este foi um momento no qual conseguimos fazer isso. E, se é para aproveitar o debate, que a gente vá para o interior, para todos os cantos, mobilizar a discussão sobre o que a escola realmente precisa. Obrigado, gente.

**DEPUTADA GLEICE JANE** - PT (proponente) — Bom, gente, quero agradecer a presença de todas as pessoas que estiveram aqui, em especial ao professor Fernando Penna, que se dispôs a estar conosco apresentando esse trabalho fundamental. Inclusive, depois quero pedir a você acesso aos materiais que apresentou aqui, pois considero que são essenciais para o nosso relatório e para o debate que vamos continuar fazendo. Também serão importantes para repercutirmos essa discussão aqui na Assembleia. Quero finalizar dizendo que isto aqui não é o fim; pelo contrário, acredito que foi um novo começo para ampliarmos esse debate. Nesse processo, algo que me chamou muito a atenção foram as câmeras. Num primeiro momento, minha reação foi simplesmente dizer: “Não, não quero.” Mas isso também me permitiu ouvir. E, quando eu converso com os professores, digo que a sensação que tínhamos aqui na Assembleia era a de que a escola estava uma maravilha, porque ninguém vinha nos relatar os problemas. As únicas reclamações eram sobre questões salariais, que já estamos acompanhando. Quando fui às escolas, percebemos que o silêncio dos professores já é, por si só, uma violência enorme contra a educação: o medo. E “medo” foi uma palavra que escutei inúmeras vezes durante esse processo. Então, nós temos um problema, que não são as câmeras. Elas não vão resolver. A questão é: como vamos debater e avançar sobre esse problema? Com isso, encerro minha fala agradecendo a presença de todas e todos, mas também convocando cada pessoa aqui presente a refletir: como vamos encontrar saídas possíveis para enfrentar essa realidade? Quais serão as nossas pautas de luta? O silêncio é tão grande que, muitas vezes, nem sabemos por onde começar. Às vezes, chego à escola sem saber por onde iniciar. Comecei falando sobre terceirização, privatizações e sobre o que realmente significa a instalação de câmeras, mas nada disso fez sentido para quem estava na sala, porque o problema é outro... Ouvir foi um processo muito importante, algo que me chamou bastante



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA  
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO  
ATA DO SEMINÁRIO “AS CÂMARAS DE VIGILÂNCIA EM SALA DE AULA”  
REALIZADA EM 09/12/2025**

a atenção. Encerro, então, convidando todos e todas a fazerem essa reflexão. Vamos dormir com essas perguntas e voltar aqui, no próximo ano, com algumas respostas. Espero que elas sejam simples e possíveis, mesmo sabendo que ainda teremos muitas perguntas. Fica o convite para que sigamos refletindo, pensando e buscando novas respostas. Desejo a todos e todas um bom Natal e um excelente Ano Novo, com muitas expectativas e sem violência. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrado o presente Seminário. Está encerrado (16h34min).